

M W A N G O L É

N.º 89 • 2015 • Maio • Semana 1

EDIÇÃO GRATUITA

www.embaixadadeangola.org

EDIÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRENSA DA EMBAIXADA DE ANGOLA EM PORTUGAL

Petróleo: Angola
adoptou medidas
de contenção

Pág. 7



Combatentes pela
Pátria em Portugal



Pág. 8

Imigrantes clamam
por representatividade
política



Pág. 12

Yola Semedo
canta no Coliseu



Pág. 19

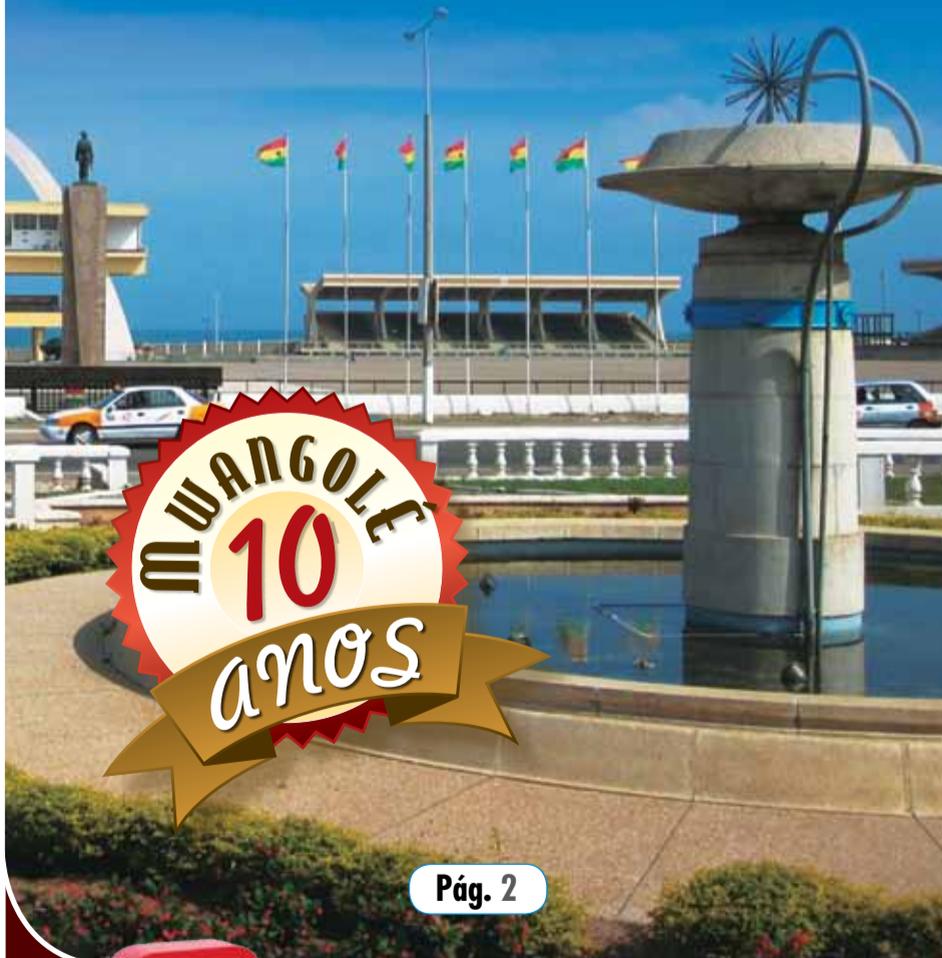
Gente nossa:
Biografia e trajetória de

Filipe Mukenga



Pág. 24

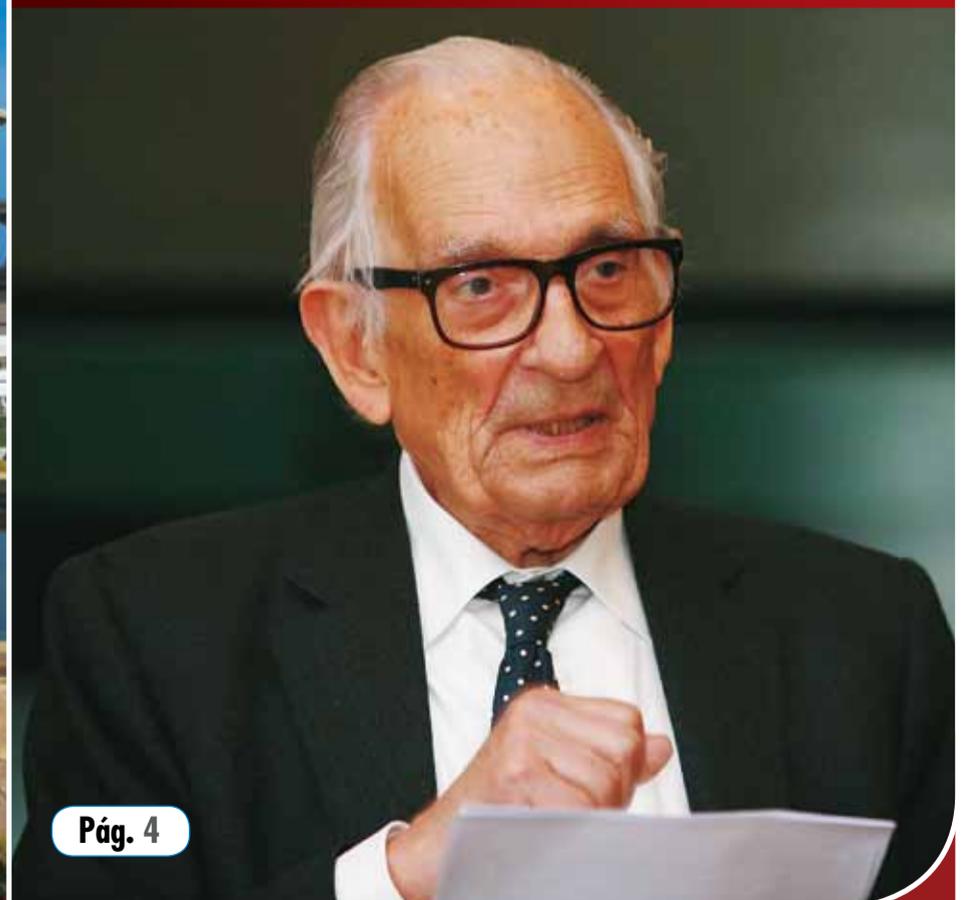
Accra vence
"Prémios José Eduardo
Dos Santos"



Pág. 2

Professor Doutor
Adriano Moreira

**«Angola vai crescer
em capacidades»**



Pág. 4



MAIS INFORMAÇÃO, MAIS ANGOLA.



Esta publicação está disponível em formato PDF em www.embaixadadeangola.org
Reader gratuito disponível em www.adobe.com

NOTA DE REDACÇÃO



Nessa primeira edição do mês de Maio, o nosso/vosso Jornal Mwangolé destaca a conquista da cidade de Accra (Gana) da primeira edição dos Prémios “Presidente José Eduardo dos Santos”, na categoria de grandes cidades, que distingue o melhor gestor africano das cidades. Nas categorias imediatas do concurso, instituído pelo comité executivo da União das Cidades dos Governos Locais de África (UCLG África), numa das suas reuniões realizada em Outubro de 2014, na cidade de Joanesburgo (África do Sul), classificaram-se as cidades de Kinodoni (Tanzânia) e da Praia (Cabo Verde). Nesta edição, temos ainda uma entrevista com o presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, o Prof. Doutor Adriano Moreira, que completa 93 anos de idade em Setembro. Nesta entrevista exclusiva ao “Jornal Mwangolé”, o estadista e ex-deputado luso acredita que “Angola terá cada vez mais um papel importante no seio da CPLP para a constituição de uma organização de segurança do Atlântico Sul, a exemplo do que tem o Atlântico Norte”. Realce também para uma reportagem sobre alguns angolanos que, directa ou indirectamente, contribuíram na luta para a libertação de Angola contra o então colonialismo português, e que estão reunidos na Associação dos Antigos Combatentes e Veteranos, criada em 2014, com o objectivo de congregar todos os compatriotas no espírito de unidade e zelar pelos seus direitos. No capítulo comunitário, destacamos igualmente uma nota sobre o pedido do exercício do direito à participação cívica por parte dos imigrantes em Portugal, visando uma maior representatividade na vida política e administrativa nesse país. Eles estão ainda a favor de uma integração plena e activa, que não discrimine os cidadãos nascidos em território português, nomeadamente os descendentes de pais oriundos dos países africanos de língua portuguesa. Por fim, trazemos, em “Gente Nossa”, o músico angolano Filipe Mukenga, que se considera precursor da “Nova Música de Angola”, carregando, além da herança cultural do povo, outras influências.

BOA LEITURA!

Duzentos mil dólares

Accra vence “Prémios José Eduardo Dos Santos”

A cidade de Accra (Gana) venceu na quinta-feira passada, em Luanda, à primeira edição dos Prémios “Presidente José Eduardo dos Santos”, na categoria de grandes cidades, que distingue o melhor gestor africano das cidades. Nas categorias imediatas do concurso, instituído pelo comité executivo da União das Cidades dos Governos Locais de África (UCLG África), numa das suas reuniões realizada em Outubro de 2014, na cidade de Joanesburgo (África do Sul), classificaram-se as cidades de Kinodoni (Tanzânia) e da Praia (Cabo Verde). Duzentos mil dólares americanos é o montante disponibilizado para a cidade de Accra, vencedora dos Prémios “Presidente José Eduardo dos Santos”, na categoria de grandes cidades, enquanto na categoria de médias cidades, foi ven-



cedora a cidade de Kinodoni (Tanzânia), agraciada com 100 mil dólares. A cidade da Praia (Cabo Verde), vencedora na categoria de pequenas cidades, recebeu um prémio monetário de 50 mil dólares americanos. Para o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, a criação da distinção

com a designação “José Eduardo dos Santos” revela, por si só, o reconhecimento da comunidade internacional daquilo que Angola tem estado a gizar na área de urbanismo e habitação. O governante fez saber que anualmente os presidentes de câmaras africanas, governadores, ad-

ministradores municipais e equiparados, em destaque em grandes cidades (com mais de um milhão de habitantes), em cidades de média dimensão (com um milhão de habitantes), e em pequenas cidades (até 200 mil habitantes), terão a oportunidade de ganhar o prestigioso prémio. Segundo disse, os prémios pretendem dar visibilidade ao trabalho dos presidentes de câmara, governadores, e equiparados africanos, distinguindo os que deram um contributo excepcional às suas comunidades e desenvolveram uma visão para a vida nas comunidades de África. O acto de entrega dos prémios foi presenciado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, membros do Executivo, deputados, entre outras individualidades. ■

Garantia do Vice-Presidente da República

Forte investimento nas infra-estruturas

O Executivo está a investir em novas urbanizações, redes rodoviárias e ferroviárias, infra-estruturas de energia, saneamento básico e águas, como prioridades fundamentais ao desenvolvimento urbano do país, garantiu o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, na abertura do segundo fórum sobre investimentos em infra-estruturas urbanas em África. Manuel Vicente disse que para a concretização dessas acções são necessários grandes investimentos e reconheceu que os recursos públicos são insuficientes para dar uma resposta ampla aos desafios que se

apresentam não só em Angola, mas em todo o continente africano. Por isso, o Vice-Presidente entende ser necessário criar um clima de negócios seguro e eficiente com o sector privado. “O investimento privado em infra-estruturas aparece aqui como uma perspectiva, por um lado, e uma oportunidade, por outro lado”, frisou Manuel Vicente, e que “a intenção é juntar e fazer intervir as instituições públicas e os agentes privados afins, com vista à sua participação activa e sustentada na materialização das políticas e estratégias públicas nos diferentes domínios, no

espaço urbano”. O Vice-Presidente da República defende também a inovação na captação de financiamentos para os projectos e nos contratos das parcerias público-privadas para a sua execução. Manuel Vicente referiu que as dificuldades que os países em vias de desenvolvimento enfrentam, ligadas às infra-estruturas urbanas, estão relacionadas com a falta de um planeamento estratégico do meio rural. Esta falta de planeamento, acrescentou, dificulta a análise e a tomada de decisões necessárias para a manutenção da qualidade das instalações. ■

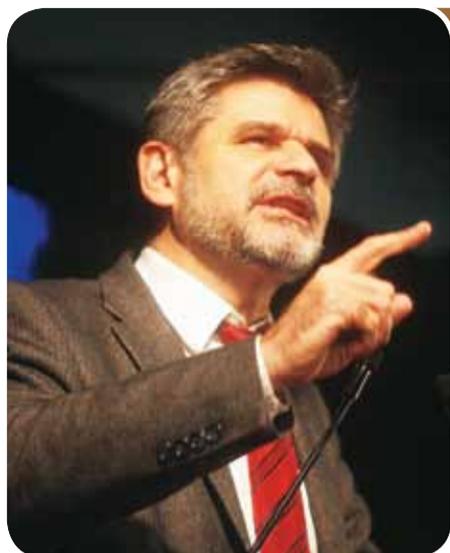
Países da SADC na rota industrial

Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) adoptaram em Harare a estratégia e roteiro para a industrialização da região, num horizonte de 48 anos. A estratégia e o roteiro têm como objectivo acelerar os níveis económicos na região, com base no sucesso de parcerias entre Governo e o sector privado intervenientes no processo de desenvolvimento. Na Cimeira, em que o Presidente José Eduardo dos Santos esteve representado pelo ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, a secretária executiva da SADC, Stergomena Tax, afirmou que a mesma busca maior integração, desenvolvimento sustentável



e melhoria das condições da população na região. “A industrialização é a essência do desenvolvimento e as políticas e planos devem ser alinhados com as

prioridades da SADC na sua execução”, realçou e que a estratégia assenta em três pilares: industrialização como vantagem, a competitividade como processo activo e cooperativo para um nível competitivo, e integração regional enquanto contexto do movimento industrial com vista à prosperidade económica. A estratégia tem como objectivo a aplicação de políticas a médio e longo prazo para que todos os membros da SADC possam beneficiar dos frutos de serem membros desta organização regional, para atingir a meta preconizada para a transformação económica a longo prazo, apoiada pelos esforços concertados em função da agenda 2063. ■



Resolução da crise nas Malvinas

Argentina espera apoio de Angola na ONU

A Argentina anseia por posição favorável de Angola nas discussões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a resolução da crise nas Ilhas Malvinas, afirmou em Addis Abeba (Etiópia) o secretário de Estado para os assuntos destes arquipélagos, Daniel Filmus.

Lebrando que vários documentos foram enviados às Nações Unidas e ao Grupo dos 77+China, além de outros organismos. Nesta perspectiva, o também antigo ministro da Educação da Argentina disse que espera contar com o apoio de Angola nas grandes discussões do Conselho de Segurança, acreditando que o país africano terá uma influência marcante na principal tribuna política do mundo. "Dentro dos laços de amizade e cooperação existente com os países do oceano Atlântico, como Angola e outros, poderemos contar sempre com ajuda dos membros não per-

manentes do Conselho de Segurança para fazer passar a nossa mensagem e entender a nossa causa", observou, citando outros destinatários como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União das Nações Sul-americanas (Unasul) e a Comunidade da América Latina e do Caribe (CELAC).

manentes do Conselho de Segurança para fazer passar a nossa mensagem e entender a nossa causa", observou, citando outros destinatários como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União das Nações Sul-americanas (Unasul) e a Comunidade da América Latina e do Caribe (CELAC).



ANGOLA 40 ANOS

Independência, Paz, Unidade Nacional e Desenvolvimento

Aniversário da Independência de Angola

Programa Geral de Actividades 2015

Introdução

Em 2015, a República de Angola celebra o seu 40.º Aniversário.

Elaborado pela Comissão Organizadora das Actividades Comemorativas do 40.º Aniversário da República de Angola em Portugal, o presente programa visa:

- Elencar as actividades atinentes à celebração condigna da efeméride, em todo o território português;
- Harmonizar as actividades projectadas pelas instituições do Estado em Portugal, nomeadamente a Embaixada e os Consulados-Gerais, no âmbito do evento;
- Envolver as organizações sociais e as comunidades angolanas na diáspora nas celebrações das "Bodas de Esmeralda" do País;
- Celebrar com entusiasmo, exaltação patriótica e orgulho nacional a conquista da liberdade, paz e reconciliação entre os angolanos;
- Demonstrar os progressos alcançados pela nossa Nação soberana e unida, nos diferentes domínios da vida nacional, mormente o político, diplomático, social, económico e cultural, a despeito dos anos de guerra que marcaram o país durante cerca de 30 anos;
- Manifestar a determinação do Povo angolano em preservar os ganhos da independência nacional, lutando para a sua consolidação rumo à construção de um país democrático, forte e próspero;
- Evocar a memória dos combatentes da liberdade e filhos da Pátria, tombados pela nobre causa do Povo angolano;
- Manifestar respeito e admiração aos conquistadores, construtores e promotores da Independência, da paz, do desenvolvimento e justiça social em Angola, em especial o Saudoso Presidente Agostinho Neto e o Presidente da República, Eng.º José Eduardo dos Santos.

ABRIL	Dia 4 Dia da Paz e da Reconciliação Nacional	Acto central: Encontro com a Comunidade da Margem Sul Actos locais comemorativos	Comissão Organizadora MC Porto e Faro (Comissão Organizadora)	Com comunidade angolana de Lisboa e da Grd Lx Local: <i>Moita – Baixa da Banheira</i> Locais: <i>Jurisdições de Porto e Faro</i>
JUNHO	Dia 6	Lançamento da campanha de educação patriótica	Comissão Organizadora Crianças das comunidades angolanas	Com comunidades angolanas e associações Local: <i>Lisboa, Porto e Faro</i>
AGOSTO	Dias 28 a 30 Ciclo de eventos "Angola 40 Anos"	Conferências: Painéis Políticos, culturais, económico-empresariais e académico-científicos Exposições: Vida e Obra do PR (aniversário do PR) Literatura; artesanato; disco; filatelia; Gastronomia	Comissão Organizadora	Com a comunidade e público em geral Local: <i>Fundação Champalimaud</i>
SETEMBRO	Dia 19	5ª Corrida Pedestre Dr. António Agostinho Neto	Comissão Organizadora	Com a comunidade angolana Local: <i>Alto do Lumiar</i>
OUTUBRO	Dias 10-11/ 17-18	6.ª Edição do Torneio "Angola Avante" + Portugal	Comissão Organizadora	Local: <i>Estádio do INATEL</i>
NOVEMBRO	DIA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL Dia 11 Dia 12 Dia 13 Dia 21	Acto Central: Recepção Oficial Evento em Faro Evento no Porto Gala dos 40 anos de Angola	MD (Comissão Organizadora) MC Faro (Comissão Organizadora) MC Porto (Comissão Organizadora) MC Lx (Comissão Organizadora)	Político-diplomático Local: a definir em Lx Comunidade angolana Vários segmentos da soc. pt Local: <i>Meo Arena</i>
	Dia 28	Culto Ecuménico (Acção de Graças a fechar o programa)	Comissão Organizadora	Comunidade angolana e associações Local: <i>a definir</i>

Professor Doutor Adriano Moreira

«Angola vai crescer em capacidades»

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, Adriano José Alves Moreira, que completa 93 anos de idade em Setembro, está na génese do recém criado Fórum Angola-Portugal. Num claro repto aos países lusófonos, o antigo ministro do Ultramar durante o Estado Novo insiste, em entrevista exclusiva ao “Jornal Mwangolé”, na organização de uma frota comercial comum com a bandeira da CPLP. O estadista e ex-deputado português acredita, por outro lado, que Angola terá cada vez mais um papel importante no seio da Comunidade de língua portuguesa para a constituição de uma organização de segurança do Atlântico Sul, a exemplo do que tem o Atlântico Norte.

O senhor professor foi sempre um defensor do projecto lusófono, mesmo antes da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E agora está na base do recém criado Fórum Angola-Portugal...

Dou todo o apoio. A mim chamam-me porque fui o responsável pela criação de uma instituição que hoje está parada, nunca foi extinta, tinha sede aqui na Sociedade de Geografia, que era a União das Comunidades de Cultura Portuguesa. Essa União teve aqui dois congressos. Era composta não por representantes individuais mas por representantes das associações de cidadãos dessas comunidades, o que dava mais estabilidade, permanência e força. Depois, como é costume infeliz na nossa administração, o Estado resolveu assumir-se para tratar deste assunto e a organização acabou por ter o seu terreno ocupado e não poder continuar porque não tinha mais recursos do que o apoio da sociedade civil. Mas a recordação ficou, os escritos ficaram, a experiência também. E ainda há aqui muita gente viva que viveu esse período e esses congressos.

«A comunidade de afectos é que explica a unidade. É o que falta à Europa neste momento»

Afirmou recentemente que a Sociedade de Geografia quer contribuir para o futuro de Angola, razão pela qual foi lançado, em Fevereiro último, o Fórum Angola-Portugal, de que é presidente da Comissão Instaladora. De que forma?

É uma iniciativa devida ao Doutor Francisco Proença Garcia, membro da Direcção da Sociedade de Geografia, e está a receber apoios valiosos. A cultura é um tema importante, mas a economia também está presente.

O Fórum é importante para o fomento das relações entre Portugal e Angola. Há ideias e propostas concretas possíveis de se pôr em marcha para aproximar ainda mais os dois países?

Desde a cooperação universitária à económica, existem ideias e projetos. A or-



ganização ainda está em processo, e por isso o programa específico demorará algum tempo, mas curto.

No plano económico, por exemplo, teria um papel auxiliar a empresas e congregador de universidades indispensáveis ao esforço de desenvolvimento em Angola?

Neste momento, as minhas informações estão resumidas na resposta anterior.

Participou recentemente no III do Movimento Internacional Lusófono (MIL) sobre a importância das diásporas. Considera relevante o papel das diásporas lusófonas espalhadas pelo mundo, por exemplo a portuguesa, pelo potencial que representam para os países de acolhimento?

A história das diásporas envolve muitos aspectos. Não há um conceito que não tenha variantes. A diáspora portuguesa – isso para simplificar – criou em vários territórios de soberania diferente da portuguesa grupos que conseguiram manter raízes portuguesas, mas conseguiram também ser comunidades que convergem para a unidade nacional do país a que pertencem.

Isso é uma riqueza portuguesa importante, muito cultivada pela Sociedade de

Geografia e agora por este Movimento (MIL). Eu acho que este é um fenómeno que se vai multiplicar, se houver governos atentos, em todos os territórios que foram colónias portuguesas. Não foi apenas o Brasil. E porquê? Porque eu acho que, independentemente dos conflitos armados que existiram [em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau], a experiência posterior mostra que era uma revolta contra o regime colonial europeu mas não contra o povo português. E isso explica que, de todas as antigas metrópoles que tiveram colónias até ao fim do Império euromundista, as únicas que criaram uma unidade foram as comunidades de língua portuguesa. Isso significa para mim sempre um aspecto necessário para avaliação, para enriquecer e defender, que é a comunidade de afectos. A comunidade de afectos é que explica a unidade. É o que falta à Europa neste momento, a comunidade de afectos.

Eu entendo que este exemplo das comunidades portuguesas que estão em Honolulu, na Califórnia, em Goa ou em África, em toda a parte onde nós estivemos, devia ser estudado pela própria Europa neste momento, porque ela deixou criar agrupamentos que vieram sobretudo à procura de trabalho e que não foram sequer protegidos pelo direito que protege

os trabalhadores. Não tiveram um Estado social que procurasse integrá-los verdadeiramente. Eles também são de origens diferentes. O resultado é que com esta crise económica e financeira eles são os mais atingidos e, portanto, estão longe de constituírem uma comunidade que se integra na diversidade. Eu julgo por isso que este exemplo das comunidades portuguesas no estrangeiro, a começar por essas e pelas que estão agora a nascer, devia ser observado com cuidado para se verificar como é que isto é possível em paz, o contrário do que está a acontecer na Europa.

Está a dizer que este deveria ser um modelo a estudar e a seguir, como exemplo para outras comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo?

Eu acho que este fenómeno merecia atenção de historiadores, sociólogos e antropólogos, porque é um exemplo notável em todo o mundo. E estas pessoas que organizaram nesta Sociedade de Geografia estes movimentos, vê-se aliás pelas suas profissões, pelo seu passado e intervenções na vida pública, têm consciência disto e tentam mobilizar este valor que eu acho que não é vantajoso apenas para Portugal. Pode ser também um valor para a Europa.

«Angola, apesar do preço que pagou, tem dado passos importantes em relação à estrutura, estabilidade e definição do seu futuro»

Considera que Portugal devia prestar mais atenção ou integrar melhor as comunidades que acolhe no seu espaço?

Há que aprender a transformar o que são multidões em comunidades, que não perdem as raízes da sua origem mas que convergem para a unidade por comunidade de afectos. Evidentemente se o senhor tem uma sociedade civil que é conflituosa, que tem direitos em contradição, que tem interesses que não são protegidos, dignidades que são ofendidas, então realmente não está a criar uma convergência na diversidade para a unidade. Esse é um grande problema europeu.



Acho o património português importante. Se pudesse servir de exemplo ao que está a acontecer na própria Europa com as comunidades estrangeiras que se estão a formar e que neste momento são apenas multidões, no sentido de, sem perderem as raízes, se criar a comunidade de afectos para a unidade na diversidade, era um grande serviço. E nós podíamos servir de exemplo.

Quando olha para a geografia de Angola, projecta para o País uma responsabilidade mais visível e estratégica no Atlântico Sul, comparado com o papel que tem o Brasil no outro lado do oceano?

Eu tenho impressão de que, dentro das comunidades de língua portuguesa, Angola cada vez mais assumirá uma intervenção importante, naquilo que diz respeito sobretudo ao Atlântico Sul – que eu entendo que está a exigir uma organização da segurança como tem o Atlântico Norte, mas que não pode ser extensão do Atlântico Norte, porque as culturas e história dos povos que vivem nas margens do Atlântico Sul são diferentes dos do Norte. Tem que haver uma articulação Norte-Sul, e até parece que a natureza desenhou uma divisão que são os arquipélagos e as ilhas que parecem dividir o Atlântico Norte do Atlântico Sul. O Brasil, como sabe, tem um grande papel hoje na América Latina e até é curioso que, quando se tornou independente a América do Norte, o abade Correia da Serra, fundador da Academia das Ciências de Lisboa, e que foi muito amigo do Jefferson – tendo até um quarto na casa do Jefferson com uma placa a dizer que é o quarto do abade Correia da Serra –, escreveu uma carta prevendo que os EUA iriam coordenar o norte do continente, mas o Reino Unido que era então Brasil e Portugal, iria fazer isso no sul. O Brasil está nesse

caminho, tem essa consciência, mas do outro lado do Atlântico a resposta tem que vir de Angola. Angola vai crescer em capacidades e por isso eu acho extremamente importante todo o auxílio, cooperação, ajuda, que possa ser dada a Angola, a que ela tem correspondido, aliás, também com a ajuda dela, porque isso é do interesse de todas as comunidades do Atlântico Sul e também, portanto, das nossas comunidades ou países de língua portuguesa. Portugal também tem interesse na segurança do Atlântico Sul, basta pensar na situação geográfica do continente e depois os arquipélagos. Portanto, nós estamos interessados nessa segurança e eu até fui um pouco mais longe – mas isso serão outros temas – propus numa reunião na Escola da Marinha de Guerra do Brasil há dois anos – fui convidado a lá ir – que a CPLP que, de uma maneira geral é toda constituída por países e povos marítimos e não têm frota comercial, porque é que não hão de ter uma frota comum? Talvez consigam.

Portugal, Angola e o Brasil seriam os potenciais impulsionadores da ideia?

Sim, serem eles a organizar uma frota comum com a bandeira da CPLP.

Acha que não deram ouvidos ao repto que lançou na altura?

Não sei. Limito-me a fazer os comentários que posso e a contribuir como posso.

«É importante que haja portugueses e angolanos, (...) que estão a tentar fortalecer esses laços e construir linhas do futuro»

Qual seria o modelo operacional deste projecto perante frotas europeias, norte-americanas e asiáticas que já dominam o comércio mundial?

A regra hoje é concorrência. Tem que se assumir.

E Portugal, mesmo a Europa, estão atentos à importância estratégica que Angola tem no contexto regional e até no xadrez internacional?

É evidente. Neste momento, as inquietações europeias, de que Portugal é muito dependente, absorvem muitas atenções. Acho mesmo que a Europa está num ponto de crise, que precisa de estadistas para a enfrentar, mas isso é outro problema. Eu acho que Europa alargou-se sem estudos de governabilidade e organizou o que chama de segurança e defesa sem pensar onde é que estavam as fronteiras amigas, onde devia parar.

É pois claro que há uma conjuntura muito difícil. Não interessa suscitar as críticas que substituem o exame prévio dos problemas. O que é preciso é ter consciência e estudar os problemas. Isso é que é fundamental. Portanto, neste momento as inquietações que resultam da situação financeira e económica da Europa naturalmente são muito desafiantes também para Portugal. Mas é importante que haja portugueses e angolanos, que não se deixaram absorver apenas por isso, e que, portanto, estão a tentar fortalecer esses laços e construir linhas do futuro. E eu dou todo o apoio com entusiasmo a isso, embora já não possa dar muita contribuição.

Os laços de cooperação luso-angolanos podem evoluir ou crescer ainda mais para lá daquilo que já são hoje em várias vertentes?

Pode e devem. E é isso que nós esperamos.

Que papel terá o Fórum neste âmbito?

Para isso é que é organizado.

Angola celebra este ano o seu quadragésimo aniversário de independência. Qual é o seu olhar sobre o País? Os passos que estão a ser dados ao longo destes anos são propiciadores do desenvolvimento desejado pelos angolanos?

Eu devo dizer o seguinte: há uma certa crítica fácil em relação aos regimes dos Estados africanos. Os países ocidentais esquecem-se que não deixaram nenhuma experiência democrática nos países que foram colónias suas. E por consequência passaram momentos muitos difíceis, a começar pela África do Sul. Mesmo, neste momento, a famosa estrada do Cabo ao Cairo, de que nós temos recordação com o ultimato de 1890, está cheia de conflitos por toda a parte. Mas, nós temos que assumir que há uma certa dificuldade, há um trajecto a fazer.

Eu lembro-me de um quadro pintado por uma amiga minha de Moçambique, que se chama “Deixem passar o meu Povo” (...); portanto, há um preço a pagar e naturalmente estes países têm pago este preço. E eu penso que Angola, apesar de tudo e com o preço que pagou, tem dado passos importantes em relação à estrutura, estabilidade e definição do seu futuro. Eu vejo mesmo isso aqui em presença de gente que vem às nossas universidades. Por exemplo, há poucas semanas fui arguente da tese de doutoramento de um general angolano no ISCS. O livro é excelente.

Portanto, estas coisas levam tempo mas o que já se andou dá esperança de se poder alongar o caminho e chegar até ao fim.

Portanto, vê com boas perspectivas o futuro e o desenvolvimento de Angola dentro dos próximos 40 anos?

Não sou visionário. Já não vou poder ver essa etapa, mas como lhe disse, penso que vai ser daquele lado do Atlântico a resposta equivalente a que o Brasil está a dar do outro lado, na América do Sul. É isso que eu espero de Angola. ■





Turquia disponível para cooperação

A Turquia quer cooperar com Angola nos sectores da energia, infra-estruturas e construção. O desejo foi manifestado ontem em Luanda pelo vice-ministro turco da Economia, Adnan Yildirin, à saída de um encontro com o secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto. Adnan Yildirin, que se fez acompanhar de 60 empresários do seu país, sublinhou que a Turquia tem igualmente um grande potencial na indústria de maquinaria, equipamentos e transportes, sectores em que, disse, também pode cooperar com Angola.

O dirigente turco afirmou que Angola e a Turquia são “países amigos” e querem aumentar as suas relações socio-económicas e culturais. O volume de negócios entre os dois países está avaliado em cerca de 300 milhões de dólares. “A cooperação entre os dois países é positiva. É notável, a cada ano, o crescimento de Angola, mas os empresários turcos dos sectores da energia e construção podem fazer muito mais cá”, defendeu. Yildirin disse que a Turquia dá “muita importância a Angola” porque é “um país com estabi-

lidade e que cresce todos os anos”. Com esse crescimento, acrescentou, os dois países podem incrementar o comércio bilateral. O vice-ministro turco lembrou que a Turquia detém actualmente a presidência do G20 e que Ancara aproveita essa posição para ajudar a solucionar os principais problemas que afectam os países menos desenvolvidos. A Turquia assumiu pela primeira vez, a 1 de Dezembro do ano passado, a presidência do G20, o grupo das economias mais poderosas do mundo, com o desafio de

reduzir as desigualdades e abrir o grupo aos países mais pobres.

Bons negócios

As trocas comerciais entre Angola e a Turquia vão evoluir para os mil milhões de dólares até 2017, anunciou o vice-ministro turco da Economia. Ao discursar no Fórum Empresarial Angola-Turquia, disse que as trocas comerciais aumentaram de 24 milhões de dólares em 2004 para 293 milhões de dólares em 2014. O vice-ministro da Turquia revelou que os empresários

turcos do sector da construção participam em três grandes projectos avaliados em 200 milhões de dólares no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Angola 2013-2017. “O nosso Governo está a trabalhar para ser membro do Banco Africano de Desenvolvimento para investir em vários projectos em Angola e a nível de África”, acentuou. Esta medida, esclareceu, visa facilitar as empresas turcas no acesso aos programas de financiamentos e licitações que favoreçam aos programas de investimentos. ■

Diamantes geram rendimentos

A Empresa Nacional de Diamantes (Endiama) produziu nove milhões de quilates de diamantes em 2014, mais cinco por cento que no ano anterior, anunciou, em Luanda, o administrador da empresa para a Administração e Finanças. Fernando Sebastião disse que, naquele período, as vendas, situadas em nove milhões de quilates, subiram 16 por cento e as receitas brutas dez por cento, influenciadas pela subida do preço dos diamantes no mercado internacional.



Informou que a comercialização de diamantes foi avaliada em 1,3 mil milhões de dólares, a um preço médio de 149 dólares por quilate. As contribuições fiscais da companhia foram de 98 milhões de dólares. Os principais destinos dos diamantes produzidos em Angola foram os Emirados Árabes Unidos, Hong Kong e Israel, afirmou o administrador, acrescentando que, em 2014, o sector integrou

um total de 200 concessões cadastradas, com destaque para 18 projectos de prospecção em actividade, 12 em exploração e quatro em fase de desenvolvimento. Também foram delimitados pela Endiama áreas de cadastramento de 654 operadores do mercado para o funcionamento das cooperativas de exploração artesanal e semi-industrial e emitidas 135 senhas de exploração artesanal no Bié e Malanje. ■

Nova lei das instituições financeiras

Estado angolano pode intervir em bancos

O Estado angolano pode intervir nas instituições bancárias em risco de falência, à luz da nova Lei das Instituições Financeiras aprovada pela Assembleia Nacional, disse o director do Departamento da Política Regulatória e Normas da Comissão de Mercado de Capitais (CMC).



Herlânder Diogo disse que a Lei das Instituições Financeiras é a base do sistema financeiro nacional, que atribui a entidades como a Comissão de Mercado de Capitais (CMC), o Banco Nacional de Angola (BNA) e a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg) poderes de supervisionar, organizar e aplicar medidas coercivas em caso de perigo do sistema financeiro angolano. “Neste novo quadro legislativo, o Banco Nacional de Angola vai regular o mercado interbancário, a CMC supervisionar o mercado de valores mobiliários e a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros vai actuar no segmento de seguros e providência

social”, referiu Herlânder Diogo. O governador do Banco Nacional de Angola, José Pedro de Moraes, disse que a Lei das Instituições Financeiras dá ao Estado poderes de intervenção para garantir a estabilidade do sistema financeiro e proteger os interesses de investidores e consumidores em caso de falência das instituições. O ministro das Finanças afirmou recentemente que, atendendo às melhores práticas internacionais, a Lei das Instituições Financeiras visa a protecção dos investidores, a segurança da eficiência, do funcionamento, da transparência do mercado, da prevenção do risco sistémico e da promoção do desenvolvimento. ■

BNi financia exportações para Angola



O Banco de Negócios Internacionais (BNi) Europa vai financiar empréstimos de curto e médio prazo, no montante máximo por empresa de 1,5 milhões de euros, a firmas portuguesas que exportam bens e serviços para Angola. O banco subcreveu um protocolo de Linha de Crédito de 500 milhões de euros, destinado a apoiar o relacionamento comercial entre Angola e Portugal. "O mercado angolano tem um peso significativo nas exportações e nos processos de internacionalização das empresas portuguesas, algumas das quais se confrontam hoje com uma maior pressão de tesouraria, prove-

niente do actual contexto da economia angolana", refere um comunicado do banco. A linha de crédito é um instrumento que permite às empresas exportadoras de bens e serviços para Angola, ou com processos de internacionalização em curso, minimizar as dificuldades de tesouraria que enfrentam, "possibilitando-lhes assim prosseguirem com os seus negócios e parcerias com o mercado angolano". O presidente da comissão executiva do Banco BNi Europa, Miguel Rola Costa, prometeu reforçar o compromisso da instituição no apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME) que se relacionam com Angola. ■

Pólos de desenvolvimento mineiro



O governo pretende criar pólos de desenvolvimento mineiro pelo país, no âmbito da aposta na diversificação da economia e quando está em curso o levantamento das potencialidades do país neste sector. A informação foi avançada pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, durante o conselho consultivo deste órgão governamental, que decorre esta semana em Luanda, tendo como objectivo projectar as actividades do sector para 2015. "Vai ser estudada a criação de pólos de desenvolvimento mineiro nas zonas onde o Planageo [levantamento nacional em curso] revelar maior ocorrência de minerais", anunciou o ministro, durante estas reuniões do sector. Sobre as capacidades mineiras do país, o governante sublinha que o país é um potencial produtor de 38 dos 50 minerais mais procurados no mundo. Uma peça chave na aposta mineira, que visa

retomar uma actividade afectada pelas décadas de guerra civil e contribuir para a diversificação da economia, centrada no petróleo, é a execução do Plano Nacional de Geologia (Planageo).

Emprego no sector mineiro

Francisco Queiroz anunciou que o sector tem 16 novos projectos mineiros que entram em execução no próximo ano, registando grande avanço na sua execução e que o levantamento aéreo geofísico está executado em 45 por cento. Até final do ano está previsto o término do levantamento aéreo geofísico em todo o país. Em 2016 dá-se início ao desenvolvimento dos 16 projectos nos subprogramas do sector e cria-se mais de 3.500 novos postos de trabalho. O PLANAGEO reduz custos, incertezas, garante confiança, transparência de investimento e de produção e cria ambiente saudável. ■

Petróleo: Angola adoptou medidas de contenção

Angola é o país mais conservador quanto ao novo preço de referência do petróleo para efeitos de cálculo do Orçamento Geral do Estado (OGE), sublinha um relatório do Fundo Monetário Internacional sobre a região divulgado em Washington. O Regional Economic Outlook referente à África subsaariana refere que a previsão de 40 dólares para o preço do barril de petróleo de referência durante este ano é a mais baixa entre todos os produtores do continente, incluindo o maior de todos, a Nigéria. O documento afirma que o preço de

referência estimado pelos analistas do FMI é 58 dólares, acima dos 40 que o Executivo calcula ser o valor médio para o barril de petróleo durante este ano, abaixo dos 51 inscritos no Orçamento Rectificativo da Nigéria. O impacto da descida do preço do petróleo está presente em todas as 123 páginas do relatório do FMI, que prevê que a África subsaariana cresça 4,5 por cento, desacelerando face aos 5 por cento do ano passado. O documento prevê que Angola cresça 4,5 por cento este ano e 3,9 por cento no próximo. ■



Descem importações de frango dos EUA

A importação angolana de frangos dos Estados Unidos desceu em Fevereiro para 2.600 toneladas, uma descida acentuada em relação às 20.900 toneladas do mesmo mês de 2014. Angola é o segundo maior importador de frangos de aviário dos EUA, que, por sua vez, é o segundo maior produtor mundial de carne de frango depois do Brasil. Este comportamento de Angola, segue a tendência geral, embora com uma quebra

muito menor em termos gerais. Segundo a estimativa do Departamento de Agricultura dos EUA, está previsto que a exportação de galinhas desça este ano 8,5 por cento, enquanto a venda de carne de peru a outros países deverá descer 10 por cento. Isto num ano em que se prevê um aumento da produção de carne de frango nos EUA de 3,8 por cento, com os aviários sem saber muito bem a quem vender o produto excedente. ■



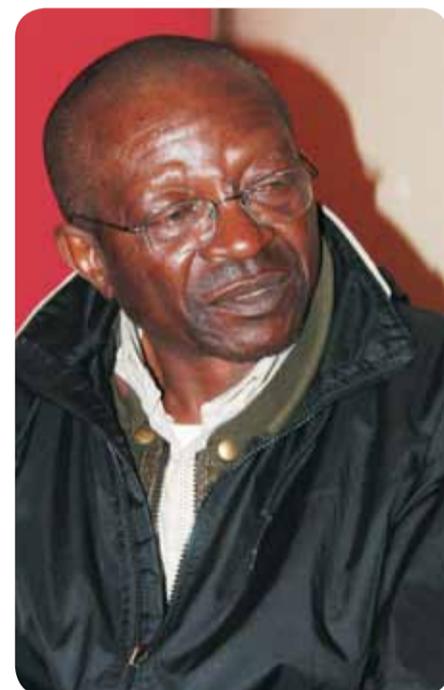
Espírito de unidade

Combatentes pela Pátria em Portugal

Vivem em Portugal muitos angolanos que, directa ou indirectamente, contribuíram também na luta para a libertação de Angola contra o então colonialismo português. Cerca de uma centena já são membros da Associação dos Antigos Combatentes e Veteranos, criada em 2014 com o objectivo de congregar todos os compatriotas no espírito de unidade e zelar pelos seus direitos.



Galinheiras, perto do Bairro de Angola numa das freguesias de Lisboa, é onde vive Eduardo Jacinto Francisco, natural de Catete (comuna de Cabiri, município do Icolo e Bengo). É em sua casa que funciona provisoriamente a Associação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria Angolana em Portugal (AACAP), cujos corpos sociais tomaram posse a 31 de Janeiro deste ano. Quando entrámos, estava sintonizada a emissão da TPA – Televisão Pública de Angola. É um meio para estar informado sobre as notícias da terra natal. Na sala, sobre a mesa principal, estavam vários documentos que reuniu para lhe ajudar a falar da vida da associação, de que é presidente depois da eleição em Agosto do ano passado. O empossamento – lembra o nosso anfitrião – marcou a abertura dos festejos em Portugal do 54º aniversário da Luta Armada em Angola e dos 40 anos da Independência de Angola, que é assinalado neste ano de 2015. A AACAP nasceu por iniciativa de quatro antigos combatentes, que apresentaram a proposta numa sessão do comité da comunidade. Jacinto Francisco assegura que estão no seu seio todos os angolanos que combateram por Angola, bem como seus familiares, sendo um dos objectivos, de acordo com os estatutos, fomentar e promover o espírito de companheirismo, amizade, solidariedade e cooperação, envolvendo a sociedade. «O que conta é a angolanidade», realça, independentemente das afinidades partidárias de cada um. Aliás, o dirigente associativo recorre a uma orientação do Embaixador de Angola em Portugal, Marcos Barrica, que diz que a associação tem que ser ampla e aberta, sustentada pelo espírito de unidade nacional. Hoje, são já cem os membros efectivos, principalmente de Lisboa, número que poderá crescer no futuro, com a extensão de delegações às cidades do Porto, no Norte, e Faro, a Sul de Portugal, onde existem muitos compatriotas que serão sensibilizados a se filiarem. «São angolanos que participaram na luta armada e que vieram embora de lá quando havia falta de emprego», conta Francisco. A direcção, como nos revela de seguida, vai solicitar a colaboração do Consulado em Lisboa para se fazer um levantamento do



número exacto dos antigos combatentes inscritos. Numa fase posterior, trabalhará na organização e encaminhamento dos processos documentais de cada membro associado, de acordo com os critérios estabelecidos superiormente, para a atribuição no futuro dos respectivos benefícios.

«Conheço a situação de muitos deles»

«Há muitos angolanos que não têm reforma e nem sabem que têm direitos como antigos combatentes», reconhece. «Temos que fazer um trabalho de informação junto das pessoas», prossegue, recordando a ação de sensibilização e mobilização feita no início na Quinta do Mocho, onde reside uma das mais significativas comunidades angolanas em Portugal. «Conheço a situação de muitos deles», fez notar. Por esta razão, a associação descobriu uma instituição a quem pedir ajuda humanitária para acudir os que, devido ao desemprego, vivem com mais dificuldades, em consequência do agravamento da conjuntura



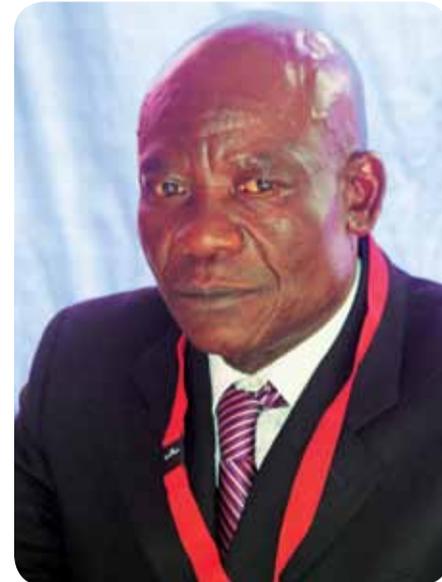
económica portuguesa. Um dos antigos combatentes em situação de dificuldade é José João, 59 anos de idade, natural de Calulu (Libolo). Emigrou para Portugal, em 1993, por necessidade. A mulher não trabalha e com as despesas para o sustento da família não chega o que ganha de rendimento mínimo. Diz que tem praticamente organizado os papéis para requerer o estatuto de combatente da Pátria. Conta para isso com o apoio da associação, na qual já se inscreveu. «Espero que sejam reconhecidos os meus direitos de reforma», manifesta-se esperançado, porque o salário que tem não é suficiente para viver. O regresso é uma possibilidade sempre em aberto. Por isso, depois de tomar posse, o presidente da AACAP foi a Angola para uma audiência com o ministro dos Antigos Combatentes, general Cândido dos Santos, e encontro no Ministério das Relações Exteriores. Na capital angolana, discutiu matérias sobre a vida da associação em Portugal e foi, igualmente, receber orientações das instituições responsáveis sobre o que fazer sobre o destino dos angolanos que combateram pela Pátria, nomeadamente sobre os seus direitos de reforma e pensão. Uma das conclusões a que chegou Jacinto Francisco é a necessidade de uma representação em Luanda que possa dar seguimento aos assuntos pendentes, mas também para evitar dispêndios com deslocações constantes a Angola. De acordo com o regulamento, a associação vai realizar iniciativas que permitam conhecer melhor a história colectiva dos ex-combatentes, entre as

quais encontros, colóquios, conferências e seminários. Também deve editar revistas, jornais e outros documentos de interesse relevante para os membros, assim como promover actividades des-

portivas e a formação dos associados e dos seus filhos, tendo em conta a sua integração social.

«O desejo mais profundo é estar em Angola»

Com 86 anos de idade, Eduardo Jacinto Francisco está desde 2001 com residência em Portugal. Veio visitar a família, a mulher e os cinco filhos, e acabou por ficar por imprevistos de doença. Este facto condicionou o seu regresso ao país de origem. Foi operado e por aqui continua, a tentar resolver questões sobre a sua reforma pessoal pelo serviço prestado a uma empresa de panificação em Angola. Por enquanto, depende do prémio que recebe de Angola na qualidade de antigo combatente. Daí que decidiu dedicar a maior parte do seu



tempo à causa associativa, preocupado com a situação dos outros angolanos que vivem com dificuldades. Em tom quase melancólico, recorda ter iniciado a vida de combatente aos 14 anos. Não se esquece dos ensinamentos deixados pelo pai, morto em contexto de guerra. Quando chegou a Luanda, serviu a causa nacional agindo sempre na clandestinidade, tal recorda ter feito o Lopo do Nascimento. Usava então dois nomes. «Era miúdo, tinha 15 anos, tentei fugir duas vezes e me apanharam», lembra, fazendo referência à PIDE (polícia política portuguesa) e às tentativas de jovens que tudo faziam para evitar servir o exército colonial. «Preferia ficar na mata porque ali sabia esconder-me», acrescenta. Quando deixámos a residência de Jacinto, já depois de mais uns minutos de conversa amigável sobre os seus anseios como presidente associativo, o nosso anfitrião ainda fez questão de sublinhar que gosta de Portugal, mas o desejo mais profundo é estar na sua terra natal. ■



Direitos humanos protegidos

A promoção e protecção dos Direitos Humanos constituem um desafio permanente para o Executivo, garantiu, em Banjul, Gâmbia, o secretário de Estado para os Direitos Humanos, António Bento Bembe.



Ao discursar na abertura da 56ª sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que decorre em Banjul, Bento Bembe recordou que Angola terminou este ano o segundo ciclo do processo de Revisão Periódica Universal (UPR) das Nações Unidas com a adopção do relatório em Março último, estando também a preparar o próximo relatório, no âmbito da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Sobre a igualdade de género e a participação da mulher na vida pública, Bento Bembe referiu que Angola regista grandes avanços, tendo o Executivo desenvol-

vido acções para uma representação considerável das mulheres em diversos cargos, concretizando uma estratégia de longos anos. "Hoje temos cerca de 33 por cento de mulheres no Parlamento, 30 por cento no Judicial e 20 por cento no Executivo", sustentou, acrescentando que, entre outras medidas, foi aprovada a Lei Contra a Violência Doméstica e uma Política Nacional para Igualdade de Género, que tem como objectivo contribuir para a redução das disparidades de género, promover a mudança gradual de mentalidade e combater a violência doméstica. ■

Triângulo do Tumpo património mundial

O Triângulo do Tumpo, no município do Cuito Cuanavale, deve ser elevado a património histórico mundial, por ser responsável pela abolição de um dos mais hediondos regimes de segregação racial, o apartheid na África do Sul, que sucumbiu às mãos das FAPLA, na batalha do dia 23 de Março de 1988, defendeu Carla Cativa, directora da Cultura do Cuando Cubango.



Carla Cativa justificou a sua posição pelo facto de na batalha do Cuito Cuanavale, que foi decidida nos combates travados no Triângulo do Tumpo, terem participado potências

militares mundiais, como os Estados Unidos, que no quadro da "Guerra Fria" apoiavam militarmente a África do Sul e patrocinavam a UNITA com diverso material letal na luta contra as instituições do Estado angolano. A directora informou que o Governo já começou a fazer a reconstituição da batalha, com a construção do Memorial dos Heróis que ali derramaram o seu sangue. No Triângulo do Tumpo, disse, vai ser erguida uma diversidade de infra-estruturas, entre as quais atractivos para o turismo cultural que vai permitir aos visitantes e às gerações vindouras estudarem o que se passou no Cuito Cuanavale. ■

Polícias de Angola e Namíbia combatem crime na fronteira

As forças policiais do Cunene e das regiões namibianas de Ohangwena e Omusati realizaram, na semana passada, a primeira fase de operação conjunta, denominada "Omuhanga", visando prevenir e combater a criminalidade transfronteiriça.

De acordo com o relatório da operação, estiveram engajadas forças ligadas aos vários órgãos da delegação do Interior no Cunene e da Nampol (Polícia da Namíbia) e foram desencadeadas acções operativas de patrulhamento auto, apeado, motorizado e barreiras móveis ao longo da faixa fronteiriça e localidades circunvizinhas. Visitas conjuntas de constatação ao grau de prontidão das forças instaladas na orla fronteiriça e aos postos fronteiriços ao longo do marco 1 ao 23, celas das esquadras policiais de Namacunde (Angola) e de Outapi, Tsandy, Okahao e Ruacanã foram igualmente alvos da operação. Durante a actuação, as forças policiais



detiveram em situação migratória ilegal 10 nacionais, quatro vietnamitas, dois chineses, quatro namibianos, um somali e uma paquistanesa. Foram ainda detidos dois cidadãos por auxílio à imigração ilegal. ■

RDC tem a maior comunidade angolana



A comunidade angolana residente na República Democrática do Congo, estimada em 165 mil pessoas, é a maior no estrangeiro, disse o embaixador angolano naquele país.

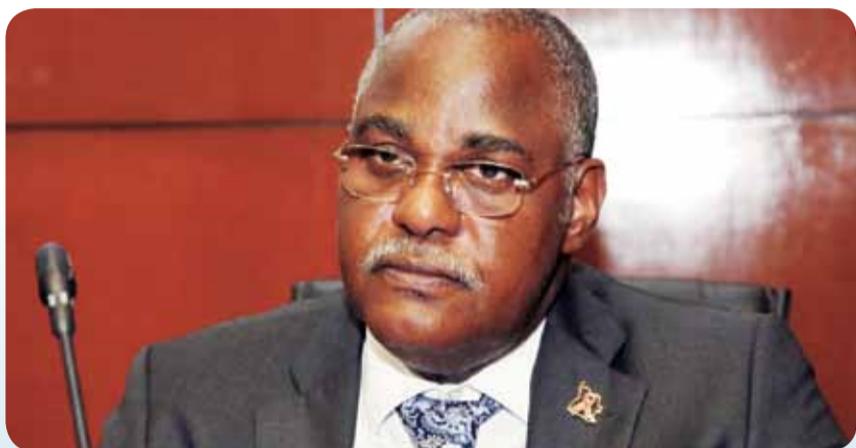


Emílio Guerra revelou que está a ser criada uma base de dados para se saber o verdadeiro número de angolanos a residirem na República Democrática do Congo. Neste momento, decorre uma campanha de sensibilização na República Democrática do Congo que antecede o início da contabilização do número real

de angolanos residentes naquele país vizinho, disse o diplomata angolano. "Nós devemos ter aqui a maior comunidade angolana no exterior", afirmou o embaixador. "Eles também não têm dados fiáveis, mas os obtidos há dois anos apontavam para a existência, em três bairros de Kinshasa, de 165 mil", referiu Emílio Guerra. ■

Saúde defende eficiência na formação de quadros

O ministro da Saúde defendeu a formação de quadros eficientes no sector, para que não sejam “defraudadas” as expectativas da qualidade das instituições criadas pelo Estado.



José Van-Dúnem falava no final da inauguração de um centro de formação de saúde da clínica privada Multiperfil, em Luanda, com capacidade para 454 alunos, em funcionamento desde 2012, mas em instalações provisórias e que já formou 70 técnicos médios de enfermagem e 18 enfermeiros licenciados. Refe-

rindo que é “gigantesco” o esforço governamental para a melhoria do sistema de saúde, o governante disse que os problemas do país no sector são transversais. Acrescentou que o sistema apresenta melhorias significativas em 40 anos de independência de Angola, mas são necessários mais esforços para se atingir a excelência. ■

Reforma educativa com bons resultados



A execução do Programa de Reforma Educativa tem permitido melhorias substanciais no processo de ensino e aprendizagem, disse a secretária de Estado da Educação.



Ao falar na abertura da Semana Global de Educação Para Todos, que decorre de 26 de Abril a 2 de Maio, em todo o mundo, sob o lema “Eu voto pela educação”, Ana Paula Inês disse que o processo de gestão, monitorização e avaliação do programa tem conduzido à introdução de medidas correctivas. “No domínio da formação de professores, em 2001, o número de efectivos docentes formandos era 37.444. Em 2014, esse número evoluiu para mais de cem mil. De um modo geral,

as escolas estão mais bem apetrechadas com equipamento e mobiliário escolar”, explicou. Ana Paula Inês reconheceu que a política de distribuição do livro escolar tem de ser melhorada, constituindo um “desafio diário e permanente”. A dinamização do desporto escolar já é uma realidade, salientou a secretária de Estado da Educação, dando como exemplo os Jogos Nacionais Escolares, um factor de unidade nacional e de desenvolvimento psicomotor dos alunos. ■

Cidades angolanas com sistema de vídeo-vigilância

As principais cidades de Angola poderão contar, nos próximos tempos, com sistemas de vídeo-vigilância rodoviária, garantiu o segundo comandante geral da Polícia Nacional, Salvador Rodrigues.



De acordo com o oficial comissário da Polícia Nacional, que participou na “Cimeira sobre tecnologias mais avançadas para telecomunicações das cidades do continente Africano”, ainda

neste ano, a província de Luanda contará com este serviço informático implementado. Para o segundo comandante geral, depois de Luanda, as cidades do Lubango, Benguela, Huambo poderão ter os mesmos serviços a funcionar em pleno. Salvador Rodrigues, salientou que a segurança rodoviária das cidades do país vai continuar a merecer atenção da polícia, em parceria com os governos provinciais e central, para garantir melhor circulação nas estradas. Segundo o oficial, apesar dos elevados custos das tecnologias de informação para a segurança dos cidadãos, o Estado angolano tem feito o possível para manter a ordem e a tranquilidade dos cidadãos. ■



Tal como noutras partes do mundo

Imigrantes em Portugal clamam por representatividade na vida política

Representantes das comunidades de imigrantes advogam o exercício do direito à participação cívica em defesa de uma maior representatividade na vida política e administrativa em Portugal. São a favor de uma integração plena e activa, que não discrimine os cidadãos nascidos em território português, nomeadamente os descendentes de pais oriundos dos países africanos de língua portuguesa.



A iniciativa do encontro, realizado recentemente com o secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional de Portugal, partiu da Associação Caboverdiana, no âmbito do seu programa "Diálogos em Conferência". A sua sede em Lisboa, no oitavo andar da Rua Duque de Palmela, nº- 2, acolheu os representantes do movimento associativo para ouvir Pedro Lomba falar sobre as estratégias do Governo português para as migrações, documento em fase de debate que contempla políticas para a emigração e a imigração. O salão de convívio estava composto quando chegou o governante português, recebido por Mário de Carvalho, presidente da Associação Caboverdiana, que se fazia acompanhar na mesa por Jorge Humberto, da Plataforma "Independência 40". O motivo deste encontro com as comunidades justificou o interesse dos líderes associativos, que traziam consigo anotações sobre um conjunto de preocupações e problemas afectos à vida dos imigrantes, entre outros, originários de Angola, Brasil, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Entre as inquieta-



Mário de Carvalho,
Presidente da Associação Caboverdiana

ções, são de destacar aspectos relacionados com a inclusão, alguns dos quais levantados por Emílio Borges, sobretudo no que toca ao tratamento diferenciado no acesso aos fundos de apoio financeiro por parte das associações. Por outro lado, os dirigentes associativos, incluindo a ex-deputada Celeste Correia, sublinharam com persistência a fraca participação cívica dos imigrantes na vida política portuguesa, enfatizando o notório défice de representação nos órgãos do poder. Nas últimas eleições autárquicas em Portugal houve mais africanos nas listas, mas José Luís Tavares disse a este propósito que tem de haver uma maior abertura por parte dos partidos políticos e da administração pública portuguesas para uma maior inclusão política, social e económica

dos cidadãos das diásporas africanas. Fernando Ká, um dos veteranos dirigentes associativos, referiu que «integração significa participação também na vida política», argumentou, recordando que «os imigrantes não têm voz activa», inclusive no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração. «A participação ainda é fraca, reduzida», afirmou Jakilson Pereira, que defendeu um debate mais alargado sobre a questão da representatividade. Uma representante da Casa do Brasil, que também aludiu à desigualdade no acesso aos apoios por parte das associações, lamentou haver uma certa desumanização no tratamento do tema da imigração e sugeriu mais diálogo com o Governo, para que sejam encontradas soluções e resultados, porque, na sua opinião, «continua tudo na mesma». Inclusive, acrescentou, «há um certo distanciamento do Governo português em relação às associações de imigrantes». Pelas próprias expressões de alguns dos seus dirigentes, as associações não querem que os imigrantes sejam vistos apenas como números. Querem ser parte da solução e não unicamente como parte do problema.



Plano estratégico em face de debate



A comunicação de Pedro Lomba antecipou em parte tais inquietações, em resposta a algumas críticas formuladas pelos representantes das comunidades. O secretário de Estado adjunto assegurou que Portugal precisa e vai continuar a precisar dos imigrantes, assim como tem necessidade de apoiar o regresso dos portugueses que saíram do país devido à crise económica e social. O executivo reconheceu antes que, com a crise, houve uma certa tendência de secundarização do tema da imigração e disse ser vontade do Governo português valorizar mais o associativismo junto das comunidades imigrantes, prevendo-se alterar as regras de acesso ao financiamento pelas associações. Para estas, existe uma verba orçada em 1,3 milhões de euros, além de 100 mil euros para

projectos pontuais. O objectivo é alargar o âmbito de associações que podem aceder aos fundos. Por esta via, acrescentou, será também possível capacitar mais as associações. Lomba considerou sensível a questão da representatividade, mas também reconheceu que é preciso valorizar a mobilidade e dar mais visibilidade aos talentos que existem no seio das comunidades. Este é um dos pontos da sua intervenção inicial, quando fez a apresentação pública do Plano Estratégico para as Migrações, que consagra cinco eixos programáticos de actuação. A integração das comunidades imigrantes, um dos desafios assumidos pelo Governo português, visa combater a discriminação, utilizando melhor as suas competências, sendo para isso necessário haver uma melhor articula-

ção com a política do emprego, tanto a nível nacional como regional. Uma das prioridades é o combate do desemprego jovem. Por outro lado, Lomba falou da criação de um programa de apoio ao regresso dos imigrantes mais vulneráveis e deu conta que há um grupo de trabalho que avalia a necessidade de reforço da cooperação entre os países de origem e os países de acolhimento. «É essencial trabalhar no reforço dos valores da cidadania e dos laços de solidariedade social», afirmou. A situação demográfica portuguesa também esteve patente na intervenção do governante. A tendência de decréscimo da população portuguesa nos últimos dez anos é assinalável e o problema, na sua perspectiva, não se resolverá com uma agenda para a natalidade. «Também terá que ser resolvida com uma agenda para as migrações»,

justificou, como sendo uma peça fundamental para o reequilíbrio demográfico de Portugal. Outro dado apontado pelo secretário de Estado adjunto prende-se com o crescimento do número de novos nacionais portugueses, descendentes de imigrantes, por força da lei da nacionalidade aprovada na última década. São ao todo cerca de 268 mil novos cidadãos portugueses, sobretudo incorporando as novas gerações, que requereram a nacionalidade. «Há muita coisa que é preciso corrigir», reconheceu Pedro Loma, sublinhando a importância de encontros desta natureza. Mais adiante, lançou um repto aos movimentos associativos para serem mais interventivos, também ao nível do Conselho Consultivo, face aos complexos desafios sociais, económicos e externos que Portugal tem de enfrentar nos próximos anos.



Casa de Angola: mais foco na imigração



Zeferino Boal, que representou a Casa de Angola, disse que o Plano Estratégico do Governo de Lisboa está mais atenta às questões da emigração, visando recuperar a população que saiu de Portugal em função da crise. Na sua opinião, urge também resolver muitos dos problemas da imigração afectos às comunidades oriundas de vários países com os quais Portugal tem ligação. Para o dirigente associativo, a própria alteração do nome do Alto Comissariado, tutelado por Pedro Lomba, traduz um enfoque menor às problemáticas inerentes à imigração. Considerando que todos os cidadãos devem estar em pé de igualdade, Zeferino Boal afirmou que o Plano Estratégico ficou à quem das suas expectativas. «É preciso dar um sinal aos países irmãos, como Angola e Cabo Verde, no sentido de se caminhar para uma cidadania lusófona plena», propôs, ao invés

de se «estar muito virado para dentro». Na sua contribuição, Boal sublinhou que é urgente resolver os problemas que atingem as comunidades, criando soluções nomeadamente no plano social para que as diásporas a viverem em Portugal tenham apoios mais próximos, que passem, entre outros, pelo reconhecimento das habilitações, assistência médica e no ensino, neste caso para evitar o insucesso escolar. As soluções, acrescentou, devem contemplar igualmente a descentralização dos centros de apoio aos imigrantes, evitando-se uma grande concentração nos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). De acordo com Jorge Humberto, cuja Plataforma tem colaborado com a Associação Caboverdiana de Lisboa na promoção da cidadania, estão previstas outras iniciativas do género. Entre outros governantes portugueses, estão na lista os secretários do Estado do Emprego e da Cultura, a serem convidados para abordar com as associações matérias do interesse dos imigrantes que escolheram Portugal para viver e trabalhar. Na ocasião, ficou lançado o convite para o evento, realizado no dia 20 de Abril na Sociedade de Geografia, promovido pela Plataforma "Independência 40", em que também foram discutidos temas relacionados com as políticas de integração dos imigrantes em Portugal.

FAAP quer ser ouvida na questão da natalidade



Por sua vez, a Federação das Associações Angolanas em Portugal defende que a discussão pública sobre a natalidade em Portugal deve também abranger as associações de imigrantes, "devido o contributo dos estrangeiros para o aumento da população em Portugal". Reagindo à pretensão de Portugal reaver a sua política de natalidade por causa da queda do número da população, Jerónimo David entende que a discussão pública deve incluir os imigrantes, "visto que dados históricos afirmam que mais de cinco por cento da população é dela oriunda". "A imigração não pode ser marginalizada e incluída

no projecto de qualquer governo, sem prejuízo da discussão ser feita em sede do Conselho das Migrações ou em plenário específico da comunidade imigrante representadas em associações", disse, para quem "as discussões à margem do contexto actual da imigração em Portugal pode levar à um precipitado juízo de valores, pois, os imigrantes em Portugal, sobretudo, os originários dos países africanos de língua portuguesa, são parte fundamental da sociedade portuguesa". Dados oficiais relativos a 2013 apontavam que o número de estrangeiros em Portugal atingia 401.320 cidadãos, dominado sobretudo por brasileiros. ■

DIA MUNDIAL DA MALÁRIA

Mundo tem meios para vencer

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmou em comunicado que o mundo tem meios e experiência para vencer a nível mundial a luta contra o paludismo.



Numa mensagem alusiva ao Dia Mundial da Malária, Ban Ki-moon disse ser preciso fazer com que os investimentos na área cheguem a mais pessoas, para reduzir ainda mais o número de doentes e de mortes por ano. O Secretário-Geral da ONU afirma na mensagem ser preciso arranjar urgentemente redes mosquiteiras para as pessoas em risco na África

Subsaariana "e não apenas para a metade delas". Um outro desafio, sublinha a mensagem, é abordar "a recente queda da pulverização intra-domiciliária", que Ban Ki-moon considera essencial para reduzir o número de novas infecções. Para milhões de pessoas que não podem ser testadas e tratadas, o Secretário-Geral da ONU pediu que se faça mais e que a resistência às drogas e aos insecticidas sejam combatidas de forma mais decisiva. Como acções urgentes, mencionou o investimento em exames e pesquisas para prevenir e tratar a malária. Referiu igualmente a importância de reforçar os sistemas de saúde dos países mais pobres, além de intensificar "os esforços para desenvolver novas ferramentas e abordagens". ■



Nova ameaça à coesão da OPEP



A Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) atravessa a sua maior crise desde a sua criação.

Desde Julho de 2014, a Arábia Saudita demarcou-se dos seus colegas da OPEP ao reduzir significativamente o preço a que vende o barril de petróleo, em resultado de uma alteração significativa na sua visão estratégica, motivada pelo aumento da importância das formas não convencionais de petróleo. Esta redução levou a que a cotação do barril de Brent tivesse caído de USD 108 (Julho 2014) para USD 61 (Abril 2015). O nível actual do preço do petróleo consubstancia um dilema para grande parte dos membros da OPEP, que devem decidir entre cumprir com as quotas de produção e permanecer na organização,

ou violar as quotas e sair da organização. Muitos são mesmo os que apostam na não sobrevivência da organização. Internamente, Angola tem vivido o seu período económico mais sensível, só comparável com o vivido em 2009. O ano de 2015 começou com uma forte contracção do consumo público, seguido da aceleração do custo das importações (não totalmente reflectido na trajectória da taxa de câmbio do mercado primário) – explicadas pela aproximação das Reservas Internacionais Líquidas ao limite mínimo de cinco meses de importações estabelecidos na Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado Revisto de 2015.

MANTÉM-SE ESTIMATIVAS DA PROCURA

A OPEP manteve as estimativas para a procura de petróleo em 2015, apesar da prevista melhoria das condições económicas na Europa e nos EUA, devido ao abrandamento do crescimento nos países em desenvolvimento. "Em 2015 prevê-se que a procura mundial de petróleo cresça em 1,17 milhões de barris por dia, inalterada em relação à estimativa do mês anterior", indica o relatório mensal da OPEP, divulgado esta semana. O grupo petrolífero explica que as melhores perspectivas para a procura das nações mais industrializadas "foram compensadas por estimativas revistas em baixa noutros lugares", calculando assim que o consumo de

petróleo deverá situar-se em 2015 em 92,45 milhões de barris por dia, inalterado face aos últimos cálculos do mês anterior. Apesar do abrandamento das economias em desenvolvimento no início de 2015, a OPEP estima que dois terços do aumento da procura de petróleo em 2015 sejam provenientes daqueles países, especialmente da China e de outros países da Ásia e do Médio Oriente. A organização também refere que durante Março o barril de petróleo de referência para a OPEP caiu 1,6 dólares devido a um "excesso de oferta" que levou as reservas de petróleo nos EUA a estarem muito acima do habitual. ■



ONU e a União Europeia debatem crise migratória

O chefe do Governo italiano, Matteo Renzi, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e a chefe da diplomacia da União Europeia, Federica Mogherini, percorreram de barco o litoral da Sicília para demonstrarem a sua vontade de solucionarem a questão dos naufrágios de imigrantes no Mar Mediterrâneo.



A UE disse, em comunicado, que a visita pretendeu reforçar "a solidariedade em prol dos esforços para salvar as vidas dos imigrantes que cruzam o Mediterrâneo". Os três navegaram por alguns minutos no litoral siciliano a bordo de um navio da marinha. Acompanharam uma apresentação das operações de resgate e saudaram os militares antes de retornarem à ilha. "Deter os traficantes de seres humanos para evitar uma catástrofe é uma prioridade absoluta para a qual conti-

nuamos a precisar do apoio da ONU", disse Matteo Renzi à imprensa italiana. Ki-moon deu destaque à necessidade de as autoridades se concentrarem no salvamento das vidas daqueles que estão no mar", segundo o seu porta-voz adjunto, Farhan Haq, em Nova Iorque. No domingo, Ban Ki-moon já tinha deixado evidente a sua falta de entusiasmo diante da proposta italiana, apoiada pelos parceiros europeus, de bombardear as embarcações de traficantes na Líbia antes de zarparem. ■

Ministro grego agredido

O ministro grego das Finanças, Yanis Varoufakis, foi agredido num restaurante de Atenas, Grécia, por um grupo de anarquistas que lançaram contra si objectos, e teve de abandonar o local com a protecção da sua esposa.



O incidente ocorreu na noite de terça-feira passada num distrito popular de Exarchia, conhecido pela presença de anarquistas e que os políticos não costumam frequentar. Segundo a jornalista Katerina Akrivopoulou, que falou com Varoufakis após o incidente, um grupo de dez jovens invadiu o restaurante a gritar "O que faz no nosso território?". Temendo pela sua segurança, a sua es-

posa Danae colocou os braços ao seu redor para protegê-lo dos objectos lançados, indicou o ministro, que classificou o incidente de ataque, embora nenhum dos dois tenha ficado ferido. Varoufakis, conhecido pela sua personalidade forte, que por vezes irritou os europeus nas suas negociações sobre a dívida grega, rejeitou usar, enquanto ministro, escolta ou segurança. ■

Petrobrás perde milhões de euros



A Petrobrás registou um prejuízo de 6.69 milhões de euros em 2014, com perdas de 1.890 milhões de euros devido à corrupção, divulgou esta semana a petrolífera brasileira.

As denúncias de desvio de dinheiro, pagamento de luvas e branqueamento de capitais foram detectadas no decorrer da Operação Lava Jato, da Polícia Federal e do Ministério Público, desde Março de 2014. O balanço relativo ao ano passado foi divulgado esta quarta-feira pela petrolífera, já atrasado, mas com a contabilização das perdas por corrupção e com a auditoria da PricewaterhouseCoopers. Além da corrupção, a Petrobras também con-

tabilizou perdas de 13.185 milhões de euros devido à reavaliação dos activos, o chamado "impairment". O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, afirmou, em conferência de imprensa, que a estimativa das perdas foi calculada com base nas informações da Polícia Federal e do Ministério Público e que foram descontados do activo da petrolífera os montantes pagos indevidamente a empresas que faziam parte do esquema de corrupção. ■

Nigéria contra "caça às bruxas"

O novo Presidente eleito da Nigéria, Muhammadu Buhari, garantiu que a sua Administração não lançará uma "caça às bruxas ou aos culpados", apesar da convicção geral de que as administrações precedentes geriram mal a economia nacional.

"Só queremos factos e apenas factos. O que foi feito não pode ser anulado. O nosso trabalho deve consistir em tirar as lições dos erros passados e tentar evitá-los no futuro", disse Buhari no acto de investidura dos 19 membros do recém-criado Comité de Transição encarregado de preparar a sua cerimónia oficial de posse, a 29 de Maio corrente. O Comité vai trabalhar com o Governo

cessante e estudar as modalidades da passagem de testemunho com vista a preparar o próximo Governo para as tarefas de governação. "Vocês devem avaliar as informações que lhes são transmitidas e informar-me sobre a sua qualidade e a sua veracidade. É preciso apenas que vocês tenham as boas informações para formular as decisões políticas apropriadas", declarou.



RESGATA CENTENAS DE MULHERES



A Nigéria anunciou o resgate de 200 meninas e 93 mulheres mantidas prisioneiras num reduto do grupo Boko Haram, mas esclareceu que entre estas não estão as adolescentes sequestradas numa escola em Chibok há um ano. O porta-voz das Forças Armadas nigerianas disse que uma força militar "capturou e destruiu três acampamentos de terroristas na selva de Sambisa e resgatou 200 meninas e 93 mulheres, que estão a ser examinadas e identificadas". Na operação, afirmou, o Exército nigeriano desmantelou três acampamentos do Boko Haram na floresta de Sambisa, que é duas vezes maior que o território da Bélgica. Fontes militares asseguram que a incursão

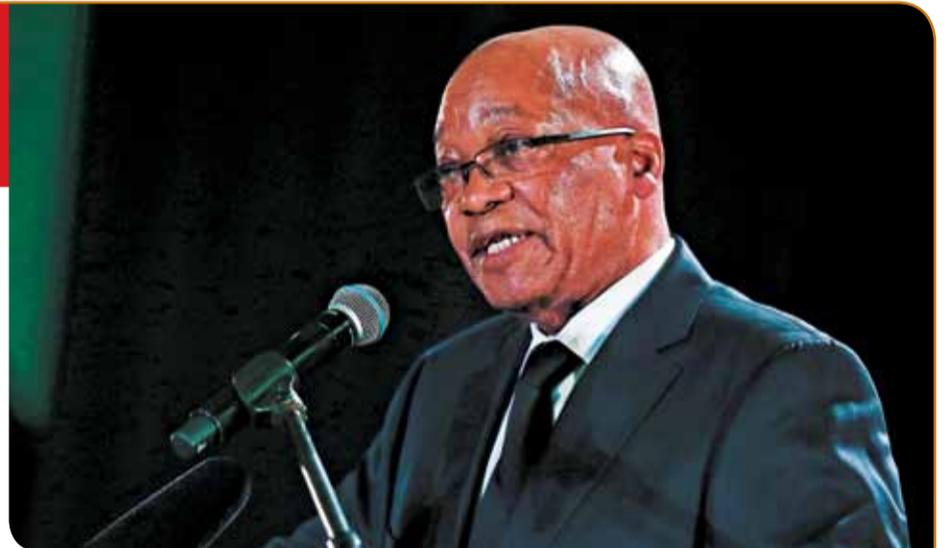
na floresta de Sambisa, principal refúgio dos rebeldes, pode ser o culminar desta ofensiva. Uma fonte do Exército disse que entre as 200 jovens que eram reféns do Boko Haram e foram libertadas, nenhuma tinha sido sequestrada em Chibok, onde há um ano aquele grupo raptou 270 meninas. O coronel Sani Somam explicou que as Forças Armadas chegaram a esta conclusão após um primeiro processo de identificação das 200 meninas e 93 mulheres resgatadas. Desde o momento em que foi anunciada a libertação das meninas, a primeira especulação foi de que eram estudantes raptadas numa escola de Chibok em 14 de Abril do ano passado. ■

Zuma contra xenofobia

O Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, reconheceu que os ataques contra cidadãos estrangeiros não são novos, mas disse às organizações que os representam que a maioria dos sul-africanos não é xenófoba.

Jacob Zuma, que reuniu com mais de 50 enviados de várias organizações que representam os cidadãos estrangeiros na África do Sul em Pretória, para discutir sobre a violência xenófoba que matou sete pessoas nas províncias de KwaZulu-Natal e Gauteng nas últimas semanas, ouviu as preocupações dos estrangeiros e falou dos esforços do

seu Governo para acabar com os ataques e discutir uma solução possível. "Como Governo acreditamos em lidar com os desafios que enfrentamos juntos. É necessário garantir que sejam encontradas soluções permanentes de modo que todo o nosso povo possa continuar a viver lado a lado, juntos, como temos feito há anos", afirmou.



Durante a reunião foi apresentado um relatório sobre os casos submetidos ao tribunal relacionado com os ataques xenófobos de 2008. De acordo com a Presidência sul-africana, de Janeiro de

2008 a Janeiro de 2009 um total de 79 casos foram levados aos tribunais e 132 acusados compareceram nas audiências. Todos os 132 acusados foram condenados e sentenciados.

MERCADO RECEIA EFEITOS DA XENOFOBIA



Autoridades e meios económicos sul-africanos temem as consequências da onda de violência xenófoba que atinge a África do Sul, assim como as possíveis represálias financeiras de alguns dos seus parceiros africanos. Os pedidos de boicote aos produtos sul-africanos multiplicaram-se, apesar de o embaixador da República Democrática do Congo (RDC) na África

do Sul, Bene M'Poko, pedir aos países africanos que "evitem qualquer represália" económica. O presidente da União Nacional de Estudantes do Zimbabwe (Zinasu), Gilbert Mutubuki, solicitou aos seus conterrâneos para atacarem os interesses sul-africanos no país. A imprensa sul-africana informou que o APC, partido que governa a Nigéria, ameaçou Pretória com o boicote

aos negócios sul-africanos. Essa informação foi prontamente desmentida pelo Presidente eleito Muhammadu Buhari. Empresas sul-africanas como a MTN, do sector das telecomunicações, a rede de distribuição a retalho Shoprite, a cervejeira SABMiller, o Standard Bank, Nedbank e a seguradora Old Mutual podem ser afectados no continente. ■

Economia sub-sahariana cresce 4,5% este ano

Os países da África sub-sahariana deverão crescer 4,5% este ano e 5,1% em 2016, com a Guiné Equatorial a ser o único país de língua portuguesa a enfrentar uma recessão de 15,4% do PIB, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).



De acordo com o Regional Economic Outlook referente à África sub-sahariana, divulgado nesta terça-feira em Washington pelo Fundo Monetário Internacional, a Guiné Equatorial é o único país de língua portuguesa em África a enfrentar uma recessão brutal, embora os técnicos prevejam que no ano seguinte a economia cresça 3,7%. Ao longo das 123 páginas do relatório, não é avançada uma explicação para esta previsão, que aprofunda o crescimento negativo dos últimos dois

anos: em 2014 a economia da Guiné Equatorial contraiu-se 3,1% e no ano anterior o crescimento tinha sido negativo em 4,8%, segundo os números avançados pelo FMI. Explica-se apenas que "a percentagem de exportações nos países exportadores de matérias-primas, como Angola, Guiné Equatorial ou Zâmbia, decaiu ao longo do tempo, sublinhando a dificuldade de alargar a base de exportações em países que confiam há muito nas exportações de matérias-primas", nomeadamente o petróleo. ■

Senegal celebra fim da escravatura pela primeira vez

O Senegal celebrou oficialmente o fim do tratado negreiro, pela primeira vez desde a instauração há cinco anos de uma Jornada comemorativa, com a inauguração de uma placa em homenagem a abolição da escravatura.



Até ao momento, somente iniciativas privadas tinha marcado esse acontecimento. Assim, em 2011 e 2013, com Karfa Diallo, responsável das "Memórias e partilhas", uma associação baseada em Bordeaux (sudeste), antigo grande porto negreiro francês. "A juventude actual tem o direito de conhecer a história dos seus parentes que resistiram à es-

cravatura", declarou Soham Wardani, representante do Prefeito de Dakar, durante a cerimónia. As anteriores comemorações organizadas por Diallo foram realizadas em Gorée, ao largo de Dakar, a ilha símbolo do tratado com destino as Américas, cuja célebre "Maison des esclaves" (Casa dos escravos) está desde 1978, inscrita no Património mundial da humanidade. ■

Curiosidade

Descoberta fórmula para evitar cegueira



A diabetes é uma doença silenciosa. Pior do que isso, tem sido aliada a doenças que incapacitam, como a retinopatia diabética (RD), principal causa de perda de visão entre pessoas com idade activa.

Sorradeira, a retinopatia diabética revela-se em estado avançado, quando a cegueira é iminente. Uma descoberta revela que a complicação pode ser controlada e até mesmo revertida com uma substância que actua directamente nos olhos. Apresentada neste mês num congresso médico em Bogotá, capital da Colômbia, a estratégia, aliada à prevenção, pode evitar que muitos adultos percam a capacidade de ver. Quanto mais tempo os pacientes, especialmente os negligentes com o tratamento, convivam

com o diabetes, maiores possibilidades têm de perder a visão. Depois de 20 anos, quase todos os doentes com o tipo um da doença metabólica e 60 por cento dos acometidos pelo tipo dois vão desenvolver a retinopatia diabética. Embora 80 por cento dos casos possam ser evitados com mudança na dieta e com a prática de exercícios físicos, nem todos os pacientes evitam o pior. A doença, inicialmente assintomática, manifesta-se inicialmente pela visão borrada e com manchas negras. ■

Zona da erupção do Fogo já é segura

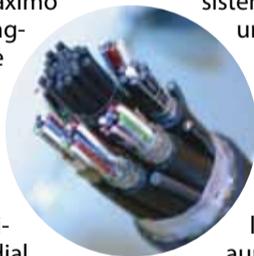


A ministra da Administração Interna cabo-verdiana, Marisa Morais, garantiu que o regresso de pessoas à Chã das Caldeiras, zona mais afectada pela erupção vulcânica na ilha do Fogo, já pode ser feito em segurança. "Não há riscos em especial. Havia algumas fumarolas, mas nada que impeça o acesso a Chã das Caldeiras", disse Marisa Morais no final de uma reunião com o Presidente de Cabo

Verde, Jorge Carlos Fonseca, adiantando que o país tem de tirar "lições" da erupção vulcânica, que começou a 23 de Novembro de 2014 e foi dada como terminada a 8 de Fevereiro deste ano. Segundo Marisa Morais, neste momento a zona afectada não está interdita, pelo que as pessoas podem continuar a movimentarem-se nessa área agrícola e extremamente produtiva. ■

Bissau acede a cabo submarino

A Guiné-Bissau prevê ter acesso ao cabo submarino de telecomunicações dentro de um período máximo de dois anos, disse em Washington o ministro da Economia e Finanças guineense, Geraldo Martins. O ministro afirmou que o acesso ao novo sistema de cabos submarinos ACE ("Africa Coast to Europe") é possível através de um crédito bonificado do Banco Mundial. Orçado em cerca de 35 milhões de dólares (3.839 milhões de kwanzas), este montante pode ser aprovado pelo conse-



lho da administração do Banco Mundial até Dezembro deste ano. A criação deste sistema de cabos submarinos ACE, um consórcio de 16 empresas, teve um investimento inicial de 700 milhões de dólares (76.790 milhões de kwanzas) com extensão da França à África do Sul, estando em funcionamento desde 2012. Com esta ligação, a Guiné-Bissau tem um aumento de capacidade de rede e uma maior capacidade de troca de comunicações, principalmente através de Internet de banda larga. ■

Portugal maior fornecedor de Cabo Verde

Portugal manteve-se como maior fornecedor de Cabo Verde e segundo destino das exportações cabo-verdianas no primeiro trimestre de 2015 em relação a idêntico período de 2014, informou o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde. Segundo o INE, Portugal lidera entre os fornecedores de Cabo Verde, com 43,3% do total, seguido dos Países Baixos (13,7%), China (8,3%) e Espanha (8,2%). Nas exportações de Cabo



Verde, Portugal, com 20,1%, fica atrás da Espanha (70,8%). No global, e em comparação com o primeiro trimestre de 2014, as exportações (-25,1%) e as reexportações (-41,9%) evoluíram negativamente e as importações (12,8%) positivamente. ■

José Maria Neves deseja mais visão



O primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, disse que África necessita de lideranças visionárias, não só na política, mas na sociedade civil, comprometidas com o bem comum e capazes de debelar os males que assolam a região. O Chefe de governo cabo-verdiano, que falava na Cidade Velha, numa conferência sobre "África e desenvolvimento sustentável", explicou que os africanos devem ser capazes de promover as liberdades e

a democracia, de construir uma visão de desenvolvimento sustentável e de executar estratégias que criem crescimento e desenvolvimento económico e igualdade de oportunidades. "O tráfico de pessoas, as doenças e as várias calamidades são males que ainda afectam o continente africano e só com o desenvolvimento sustentável podemos estancar o êxodo dos africanos para a Europa, combater a pobreza, as desigualdades sociais e todas as formas de discriminação, e este é o grande trabalho que temos pela frente", afirmou. Sobre Cabo Verde, José Maria Neves considera que nos 40 anos de independência o país deu um "grande salto" e transformou-se "num Estado de direito democrático, na 31.ª democracia do mundo, no segundo país mais bem governado de África e prestes a cumprir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio". ■



Guiné-Bissau



desmente suspeitas de ébola

O director-geral de Saúde da Guiné-Bissau, Nicolau Almeida, desmentiu a existência de casos suspeitos de Ébola no país, concretamente na região de Tombali, que faz fronteira com a Guiné-Conacri. "Dadas as informações que estão a ser veiculadas sobre a existência de casos da doença pelo vírus Ébola na Guiné-Bissau (...), o Ministério da Saúde Pública informa que, até à data, não existe nenhum caso confirmado ou suspeito da doença no país", declarou Nicolau Almeida em conferência de imprensa, em Bissau. O responsável reconheceu ser "fundamental manter os níveis de prevenção" e pediu o reforço dos "níveis de prevenção e de higiene". Na última semana, o representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) na Guiné-Bissau, Ayigan Koffi, afirmou ter a sensação de que existe "um certo relaxamento" em termos de medidas



de prevenção do vírus Ébola no país, referindo que em certos locais públicos já não há baldes de água para a lavagem das mãos e se existirem esses dispositivos a população nem sequer se dá ao trabalho de os utilizar. ■

Moçambique rejeita autonomia

A Assembleia moçambicana rejeitou o projecto da criação de províncias autónomas apresentado pela Renamo, principal partido da oposição, apesar das ameaças repetidas do seu líder de fazer recurso à força. "Um tal projecto não pode ser decidido por três grupos parlamentares, mas necessita de um debate nacional muito mais aprofundado implicando toda a sociedade", declarou Alcinda de Abreu, uma deputada da Frelimo, o partido governamental, para explicar as razões do voto da maioria. Apresentada a 16 de

Março, o projecto de lei prevê a criação de "autoridades provinciais" autónomas por seis das 11 províncias que compõem Moçambique, nas quais a Renamo estima ter ganho durante as últimas eleições. Classificada em segundo lugar durante às presidenciais e legislativas de 15 de Outubro último, a Renamo, antiga rebelião durante a guerra civil de 1976 a 1992, contestou uma vez mais os resultados, tal como em ocasiões anteriores desde a democratização do país nos anos de 1990. ■

Cultura promete apoio equitativo aos artistas



A ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, afirmou que o Estado deverá garantir apoios financeiros equitativos aos artistas visando incentivar a produção artística.

Rosa Cruz e Silva falava à imprensa no final de uma reunião da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, que entre outras questões, apreciou um Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento do Programa de Apoio do Estado às actividades artísticas e culturais. "Há aqui um exercício de tornar mais equitativa a distribuição de apoios financeiros que pode incentivar o empenho dos criadores de música, artes plásticas, dança, teatro, entre outros", declarou. De acordo com o comunicado de imprensa da reunião o diploma que estabelece as normas sobre a concessão de incentivos públicos directos e indirectos. Indica ainda os procedimentos de candidatura, avaliação, execução, acompanhamento e prestação de contas



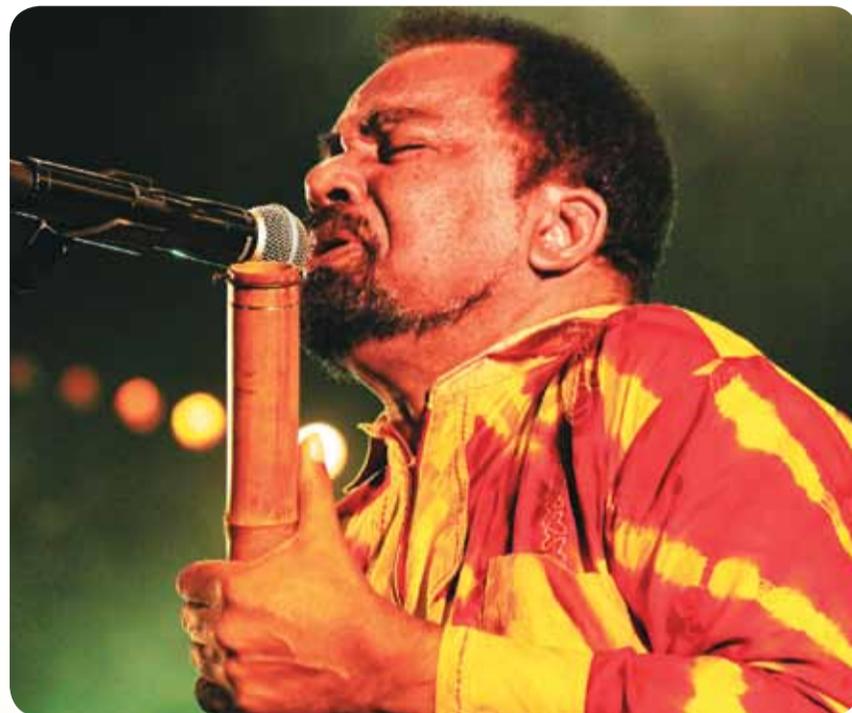
pelos beneficiários dos projectos inscritos no referido Programa. Através deste programa serão financiados projectos de vários artistas nacionais, procurando-se assim assegurar o desenvolvimento sustentável da cultura, das artes e dos agentes culturais. ■

Ainda este ano

Bonga lança novo CD



Para quem espera pacientemente por novidade, vem aí um novo CD do Bonga.

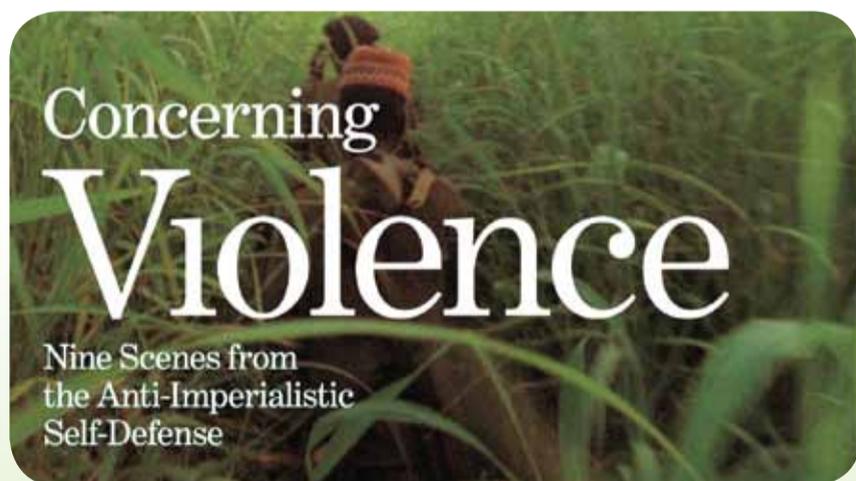


O cantor e compositor angolano revela ao Jornal "Mwangolé" que o seu próximo trabalho discográfico está na forja com lançamento internacional previsto ainda para este ano. «O disco deverá sair no Outono ou final de Dezembro com novos temas musicais», informa, em resposta à expectativa do público ansioso em ouvir a nova produção do músico, depois do célebre "Hora Kota" (2012), que marcou os seus 70 anos de vida e 40 de carreira artística. O CD está em fase de compilação e será concluído depois dos vários concertos que o músico tem agendado até Novembro, mês em que se assinalará o ponto mais alto das comemorações dos 40 anos da independência de Angola. Até lá, Bonga vai saltitando entre Lisboa e algumas cidades europeias para cumprir o calendário dos espectáculos. Depois de Varsóvia (Polónia), em Abril último, e Suíça a 30 de

Maio, o cantor volta a Portugal para um grande concerto no Algarve, no dia 28 de Agosto. Antes disso, a 1 do mesmo mês, sobe ao palco em Londres (Inglaterra). O cartaz de 2015 indica, entre outros, uma grande "tournee" por França, mas também a participação em espectáculos em Angola e Moçambique, ainda sem data definida. Um deles será no Grand Rex, na capital francesa, no Festival FoiLisboa marcado para os dias 26 a 28 de junho, onde o ícone da música angolana vai representar a lusofonia com nomes como Rodrigo Leão, Mariza, Carlos do Carmo, Lura e Lenine. O músico é igualmente motivo de atracção no pavilhão de Angola na Exposição Mundial de Milão, na Itália, que decorre entre 1 de Maio e 31 de Outubro, assim como será, certamente, uma presença inquestionável nas comemorações do 40º aniversário da independência de Angola. ■

"A respeito da violência" estreia no Indielisboa

Um documentário sueco sobre os processos de independência dos países africanos, incluindo Angola, Moçambique e Guiné, estreou-se em Portugal, no âmbito do festival internacional de cinema independente IndieLisboa, que decorre até 3 de Maio.



No ano em que se completam 40 anos das independências dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o documentário de Göran Hugo Olsson, intitulado A Respeito da Violência (Concerning Violence, título original), é apresentado pela distribuidora Alambique

como "uma narrativa visual ousada e nova de África, baseada em material de arquivo recentemente descoberto que abrange a luta de libertação do domínio colonial, no final dos anos 1960 e 1970", baseado no livro Os Condenados da Terra, de Frantz Fanon. ■

Yola Semedo canta no Coliseu

A cantora e compositora angolana Yola Semedo tem agendado no dia 17 de Julho do corrente um espectáculo no Coliseu dos Recreios em Lisboa (Portugal), em alusão aos seus 26 anos de carreira. O evento vai contar com a participação de artistas nacionais e estrangeiros convidados, que vão partilhar o palco, como os angolanos Paulo Flores, Matias Damásio, os portugueses Rui Veloso e a Ana Moura, para além de outras surpresas. A vencedora do Top dos Mais Queridos 2010 vai apresentar, para além das suas recentes músicas, os antigos sucessos que



fez ao longo dos seus 26 anos de carreira, a pedido da comunidade angolana residente em Portugal. ■



Linda Gala Zaza

À procura de produtora para mostrar talento

Laurinda Veiga é natural de Caxito, capital da província angolana do Bengo. O pai caboverdiano tocava gaita e harmónica. Na família, recorda a mãe e as primas, que faziam parte de um coro feminino, acompanhado de batuque. O gosto pela música nasceu circunstancialmente. Foi daí que adoptou Linda Gala Zaza para nome artístico, já lá vão três anos. Agora, a viver em Portugal, batalha para publicar um disco.

É longa a sua história. Veio para Portugal por dois meses para ser operada e acabou por ficar três anos. Durante este período não conseguia voltar a Angola. Na situação de desempregada, decidiu começar a cantar. Pessoa modesta, sorriso no rosto e voz cheia de melodia, Linda Gala conta quase toda a sua história ao "Jornal Mwangolé", a quem confidenciou a determinação e vontade de vencer como artista. A primeira canção, em kimbundu, foi feita a pensar na mãe, já falecida. «Fui cantando, fui cantando (...), experimentei alguns dos temas e assim comecei, pouco a pouco», revela entusiasmada. Decidiu, então, desafiar o destino com o estímulo de algumas amigas vizinhas que a encorajaram a explorar o seu talento. Quando começou a dar os primeiros passos, confessa, ainda tinha muitas dúvidas, própria da insegurança de uma migrante recém-chegada que desconhecia a realidade do meio artístico português. Apercebeu-se que estava no bom caminho, mas preferiu ouvir a voz dos mais experientes. Uma vez encontrou o cantor cabo-verdiano Zézé a exhibir no Rossio, na baixa lisboeta, acompanhado do guineense Gugu. Curiosa e impulsiva, ofereceu-se para cantar com eles ao vivo quando quisessem. Ficou com os contactos e acabou mais tarde por ir procurá-los na Amadora, nos arredores da capital portuguesa. Levou as letras que compôs e com o prestimoso acompanhamento dos amigos, à viola, experimentou quatro canções. Linda aproveita a deixa e, afinando de imediato as cordas vocais, faz-nos uma demonstração do potencial que guarda dentro de si, cantando um dos refrões de um tema de um conceituado músico caboverdiano. Antes, em Angola, quando tinha 30 anos, recorda que fazia play-back com músicas de outros cantores. Foi aí, há quase três anos, que lhe veio a emoção para ser cantora. Prosseguindo a nossa conversa, retoma o encontro com os amigos na Amadora. Depois dos registos preliminares para testar os seus dotes, o Gugu deu-lhe forças, incentivou-a a trabalhar mais a voz e a escrever temas novos. O músico guineense aconselhou-a, depois disso, a gravar uma música em Angola que serviria de elemento de promoção dos

seus trabalhos futuros. Teria que procurar um produtor, reconhece, porque em Portugal esta não era (e não é) tarefa fácil. E assim fez. Aproveitando a viagem de férias ao país natal para ver a família, Linda segue o conselho dos amigos e procura a ajuda de alguns produtores no Cazenga e no Bairro dos Combatentes. Indicaram-lhe Afonso Quintas, a quem, apesar de pouco capital, propôs gravar uma canção promocional. Negociou e foi bafejada com a solidariedade do produtor.

«Tenho 18 letras da minha autoria»

Com o registo, tinha um trunfo para começar a aparecer em público. «Fui escrevendo, fui cantando, fui às rádios, consegui conhecer mais produtores». Trabalhava antes no Ministério de Obras Públicas e Urbanismo e já conhecia o Dom Caetano, o Tony, o Kikas, alguns cantores que também actuavam no Clube Transmontano, na Mutamba. Ia assistir alguns dos seus espetáculos. Quando se separou do seu primeiro marido, Linda foi frequentando lugares como "Mãe Preta", a Boite Caixote, para perceber melhor como era ser artista. A dificuldade, confessa, era como dirigir-se a um produtor e negociar com ele. Já habituada aos palcos, revela ter actuado no ano passado, em vários eventos em Angola, entre os quais na Festa do Cacucaco e no Fest-Bengo, em Caxito, sede do município do Dande. Participou igualmente num espectáculo na Universidade Piaget onde ganhou um pequeno cachet. Uma das canções que ofereceu ao público evocava a paz e o esplendor da comida africana, o que fez com que ganhasse também muitos beijos e abraços. A sua situação de desempregada em Lisboa, volta a reconhecer, empurrou-a para este sonho. «Já tenho quatro músicas gravadas, um videoclipe feito em Portugal e outro em Angola». Quase que interrompendo a nossa conversa Linda dá um suspiro para dizer de seguida que está agora à procura de um patrocinador para fechar o disco. Ela própria escreve e compõe, faz o refrão e canta como voz principal.



«Tenho 18 letras da minha autoria, em kizomba, semba e temas românticos e continuo a escrever», adianta em tom determinante. Apenas precisará dos préstimos de um produtor para introduzir pequenas melhorias no projecto, do qual fala com muito orgulho. Entretanto, sabe que encontrar apoios não é coisa fácil. Tem consciência disso. «De facto, essa dificuldade é maior por não conhecer bem o mercado português», reconhece, mas confiante. Linda Gala tem tentado a sua sorte e tem fé que poderá descobrir um patrocinador. Apesar das dificuldades, assegura que vai continuar a bater várias portas para alcançar o objectivo. «Quem me dera encontrar um patrocinador», afirma. «Não vou

desistir», responde quando a desafiamos a ser persistente. As tentativas já tinham começado em Angola. Endereçou cartas à Sonangol, entre algumas empresas angolanas e promete reactivar os contactos com o Ministério da Cultura.

Persistência e confiança

Linda voltou de Angola há cerca de oito meses. Na condição de desempregada, perdeu o rendimento mínimo pelo longo período de ausência em território português. Nessa condição, tem vivido com as ajudas de amigos e conhecidos, mas também com a solidariedade de um irmão, agora em Angola, que dispo-

nibilizou um quarto na casa comprada na Apelação. Enquanto procura trabalho, não desiste do seu sonho. «Não posso cruzar os braços», reafirma. «Também ando à procura de alguns produtores de eventos para alguns espectáculos». Quando encontra panfletos publicitários telefona e apresenta-se a oferecer colaboração. É preciso, como afirma, «tentar a sorte». De igual modo, quer colaborar com o movimento associativo africano, participando nas suas iniciativas culturais como um dos meios de divulgação dos seus trabalhos. A algumas rádios e televisões portuguesas já entregou o seu CD e videoclipe à espera de uma oportunidade para exibir as suas canções e mostrar que tem talento.

«A paz veio para ficar»

O trabalho que quer apresentar ao público tem muito a ver com África, tendo como centro Angola. Retrata o dia-a-dia, e compreensivelmente o dilema da imigração. Faz alusão a “Zaza Imigrante”, do seu pequeno reportório. Outro dos temas recorda Lubango, cidade bonita, que tem muita fruta e mulheres bonitas, onde esteve há cerca de dez anos quando fazia negócios. Também fala de Caxito, onde nasceu, onde a natureza tem força. Temas que acabam por promover a imagem de Angola. Em homenagem à sua infância, conta noutra trecho o historial da açucareira Panguila, recordando a sua mãe, já falecida, que se deslocava pelas províncias com as primas para ir cantar em coro feminino, acompanhado de batuque. Soube disso pela boca dela. «O meu pai era caboverdiano, já falecido. Tocava a harmónica e a gaita, mas também dançava seguindo o ritmo», lembra, sem se esquecer também do cantor angolano Dom Kikas, tio dos seus filhos. Na aludida canção, diz mais adiante, está implícita uma evocação à paz, assinalada no passado dia 4 de Abril. Ainda não vivia o sonho de ser artista quando se assinaram os Acordos de Luena, no ano de 2002. Entretanto, faz questão de não recordar o passado, marcado pela guerra, quando estava

nas Lundas, onde ia vender peixe seco. Depois do sofrimento, «a paz veio para ficar», lembra o refrão da letra escrita por ela há cerca de um ano. Alguns destes temas vão passando nalgumas rádios em Angola.

Apelo à qualidade

Sem nos apercebermos a conversa já ia longa, mas ainda quisemos saber o que pensa Linda Zaza da música que se faz hoje em Angola. A cidadã angolana acompanha o panorama musical nacional e aconselha os músicos a se preocuparem com as letras, o ritmo e a harmonia das canções, que agradem as pessoas. Sem citar nomes e salvo algumas excepções, refere que alguns kuduristas estão a produzir textos e temas com pouco interesse, quando há na sociedade angolana matéria suficiente para uma boa criação musical. «Há músicas que nem sequer passam na rádio. Há músicas que a gente ouve e que não tem interesse nenhum», lamenta. No entanto, cita nomes de angolanos que gosta mais de ouvir, como Bonga e o Dom Caetano. Da lista de cerca de duas dezenas também fazem parte Yola Semedo, a Titica e Ary, músicos que, na sua opinião, primam pela qualidade.

Futuro risonho...

Linda Zaza aproveita a nossa conversa para enviar uma mensagem. Para ela, estes 40 anos de independência significam que Angola está no bom caminho, a evoluir para o desenvolvimento. «O País está a melhorar bastante», sublinha, recordando as viagens que fez recentemente a algumas províncias. As imagens de mudança e transformação que encontrou, depois

de três anos de ausência, deixaram-na muito feliz. Reconhece que está em curso um grande esforço para melhorar a imagem do País depois dos largos anos de guerra. «Há lugares que tinham capim e agora têm casas bonitas. Gostei muito». O voto que Linda Zaza deixa no final da nossa conversa é de um futuro mais risonho para o Povo angolano. ■



CONSELHOS

Boa leitura boa lição

Queridos amigos, o conselho de hoje é ler e escrever. Assim, vocês vão pegar em livros, jornais ou revistas. Leiam uma coluna da página do jornal ou uma página da revista, depois escrevam o que acabaram de ler. Leiam em voz alta o que acabaram de escrever. Com este exercício vocês aprendem a ler, a falar correctamente e a pronunciar as palavras com perfeição. Também vão passar a conhecer palavras novas e como se escrevem. A partir daí, deixam de cometer erros de ortografia, tanto nos cadernos como no facebook. ■

PROVÉRBIO

Passarinho que acompanha morcego, amanhece de cabeça para baixo. ■



CARTAS DOS AMIGUINHOS

O livro tem um Dia Mundial

Amiguinhos, leitores desta página, quero partilhar com todos vocês esta novidade que descobri, quando andava a fazer algumas pesquisas para a escola na Internet.

O Dia Mundial do Livro também é o dia dos Direitos de Autor. A Unesco criou a data "Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor" para encorajar as pessoas, especialmente os jovens, a descobrirem os prazeres da leitura. E a ganharem um novo respeito pela grande contribuição dos auto-

res de livros através dos séculos. A Unesco escolheu a data do Dia Mundial do Livro em 1995, em Paris.

O dia 23 de Abril foi escolhido por ser a data da morte de três grandes escritores da história: William Shakespeare, Miguel de Cervantes, e Inca Garcilaso de la Vega. Nesta data nasceram outros escritores importantes e nós só temos a agradecer aos que contribuíram para que hoje tenhamos os livros de que precisamos para estudar e lazer. ■

Samaritana Domingos | 12 anos | Cuanza Sul

BRINCAR E APRENDER

ADIVINHAS

1. O que é que de dia tem quatro pés e de noite tem seis?
2. O que é que mesmo atravessando o rio não se molha?
3. O que a galinha foi fazer à igreja?
4. Quais as cidades brasileiras mais faladas no mês de Dezembro?
5. O que entra na água e não se molha?
6. O que é que não se come, mas é bom para comer?
7. O que é que não tem pé e corre, tem leito e não dorme, quando pára, morre?

Soluções: 1. A cama; 2. A sombra; 3. Assistir à missa do galo; 4. Natal, Belém e Salvador; 5. A serra; 6. Talher; 7. O rio.

SABIAS QUE...



- Antes do ovo existe a galinha.
- Todos nós vivemos na dúvida se o ovo nascia primeiro, mas com este "simples" estudo, concluímos cientificamente que tem que ser a galinha a nascer primeiro.
- Com o super computador, "Hector" – High-End Computing Terascale Resources, na Universidade de Edimburgo, foi possível realizar uma potente ampliação de todo o processo de crescimento da casca do ovo, revelando que a tal proteína é de facto a responsável por dar início a este processo.
- Estas provas são importantes, principalmente no desenvolvimento de materiais de características novas e diferentes. Estamos por isso, constantemente a aprender com a natureza e a conhecer e a desenvolver novos materiais científicos e tecnologicamente mais avançados. ■

VAMOS COLORIR



CONTOS POPULARES ANGOLANOS

JOSÉ CASIMIRO | Cabinda

A mulher trabalhadora e a linda sereia Mphulu-buzi

Era uma vez um homem muito rico que casou com duas mulheres, uma era muito bela e a outra grande trabalhadora, ainda que tivesse igualmente uma beleza invulgar. Quando chegou a época de capinar as lavras e cortar os pequenos arbustos, distribuiu o trabalho segundo o seu gosto, mas sem se preocupar com a justiça.

O homem rico amava profundamente a mulher bela e em função desse amor, deulhe a incumbência de cultivar a lavra mais pequena e que estava pertinho de casa. Há mulher trabalhadora deu a lavra grande, localizada lá longe, junto ao grande rio.

A mulher trabalhadora tinha uma criança acabada de nascer. Por isso, era penoso percorrer o longo caminho até à grande lavra do rio. Quando chegava, estendia o pano na margem, sob uma grande mafumeira e começava a trabalhar.

Quando a criança chorava, parava o seu trabalho e dava-lhe de mamar. Voltava a colocá-la no pano

mas sempre preocupada, porque aquele local tinha cobras e outros bichos perigosos, além de seres misteriosos que ninguém via, mas tinham um canto de encantamento.

Um dia a mulher deixou a criança no pano e foi trabalhar. Como não ouviu o seu choro a pedir comida, ela foi saber dela. Mas não a encontrou. Então começou a cantar:

- Tembéli nungu! Tembéli nungu! Traz-me o meu filho de volta. Então, de uma curva do rio, apareceu uma mulher muito bela com a criança ao colo, caminhando em cima das águas. Cantava a mais bela melodia que a mulher trabalhadora jamais tinha ouvido. Depois saiu da água e deixou suavemente a criança em cima do pano. Quando chegou a casa, a mulher trabalhadora contou ao

marido as coisas extraordinárias que tinham sucedido na longínqua lavra junto ao rio. Ele ficou muito zangado, porque achou que ela estava a inventar coisas para não ir trabalhar tão longe de casa. E obrigou-a a continuar o seu trabalho.

No dia seguinte, a mulher foi para a lavra e como sempre deixou a criança no pano. Estranhou que ela não chorasse a pedir comida, mas lembrou-se do que tinha acontecido e continuou a trabalhar. Ao cair da tarde foi à beira do rio e cantou:

- Traz-me o meu filho de volta! Mphulu-buzi, a bela sereia, imediatamente saiu das águas do rio, brilhando ao Sol poente, com a criança nos braços. Mas desta vez ela trazia amarrado um saco à cintura. Depois de colocar a criança no pano, abriu o saco e lá dentro estava um autêntico tesouro: ouro e pedras preciosas.

- Tu hoje levas mais que o teu filho, dou-te também este tesouro

para saíres da casa do teu marido egoísta e cruel. Mphulu-buzi, com os seus poderes mágicos, ainda abriu uma estrada larga entre a lavra e a aldeia onde a partir daquele dia os carros passavam.

A mulher trabalhadora chegou a casa, fez a trouxa e partiu. Mandou construir uma grande casa e lá ficou com o seu bebé.

A segunda mulher do homem rico, quando soube da forma como a outra enriqueceu, foi também à margem do rio, com o seu filho.

Estendeu-o na margem e foi fingir que trabalhava. Ao fim da tarde, não vendo o filho no pano, cantou:

- Traz-me o meu filho de volta! Mas Pphulu-buzi não lhe deu ouvidos, levou o seu filho para sempre e nunca mais voltou. Moral da história Quem tudo, quer tudo perde, até o pouco que tem lhe é tirado.

*Esta história foi-me contada por Capita Quezo ■



Casimiro Pedro

Africano da Zona IV

Balanço positivo para Angola

A equipa de pugilismo nacional regressou a casa com oito medalhas, uma de ouro, uma de prata e seis de bronze.



Realizada em Pretória, na África do Sul, entre os dias 20 e 26 de Abril, a competição viu o atleta Didi Mapuya conquistar o ouro na categoria de (+91 kg). A prata foi para Kiala Júnior (69 kg), e o bronze para os atletas Víctor Adriano (49), Vivaldo Rodrigues (52), Manuel Víctor (60), Adilson Ramiro (64), Daniel

Beto (81) e Ferdinando Pedro (91). Com este resultado a selecção treinada por Henrique Carrion manteve o terceiro lugar da edição anterior. Com a África do Sul como vencedora, o campeonato contou com a participação de Moçambique, Botswana, Suazilândia e Ilhas Maurícias. ■

Libolo novo líder isolado

O Recreativo do Libolo mostrou com quantos golos se faz um campeão.

Quando a possibilidade chegou de assumir a liderança isolada do campeonato nacional de futebol, os homens do Cuanza Sul disseram ao que vinham de forma inequívoca, vencendo por 4-0 um Atlético Sport

Aviação (ASA) que nunca mostrou argumentos para travar o futebol do adversário. À décima jornada, os jogadores do Calulo, treinados pelo francês Sébastien Desabre, somam 19 pontos, mais um que o Interclube, primeiro classificado desde o princípio da temporada. ■

**Kabuscorp entre os interessados****Ronaldinho ainda nos Estados Unidos**

Ronaldinho Gaúcho poderia muito bem ser o protagonista de uma novela mexicana.

Ainda esta semana, a incerteza sobre o seu futuro conheceu mais um capítulo, depois do seu irmão dar a entender que o futuro do craque passará pela Major League Soccer (MLS), dos Estados Unidos. "O Ronaldinho jogará no Querétaro até meados do ano e depois vamos procurar outro clube. A MLS precisa de jogadores do seu nível para aumentar o interesse dos americanos pelo futebol. Neste desporto pode acontecer qualquer coisa, mas ainda não fui contactado", disse Roberto de Assis Moreira, citado pelo Mundo Deportivo. Esta não é a primeira vez que Ronaldinho é associado a equipas americanas. No início do ano falou-se da possibilidade de rumar ao Orlando City, onde iria encontrar o antigo colega de selecção Kaká. Apesar das polémicas, a lista de pretendentes à contratação de Ronaldinho é grande. Entre os interessados está o Kabuscorp do Palanca, que segundo o seu presidente, Bento Kangamba, já terá mesmo assegurado a contratação do antigo jogador da canarinha. ■

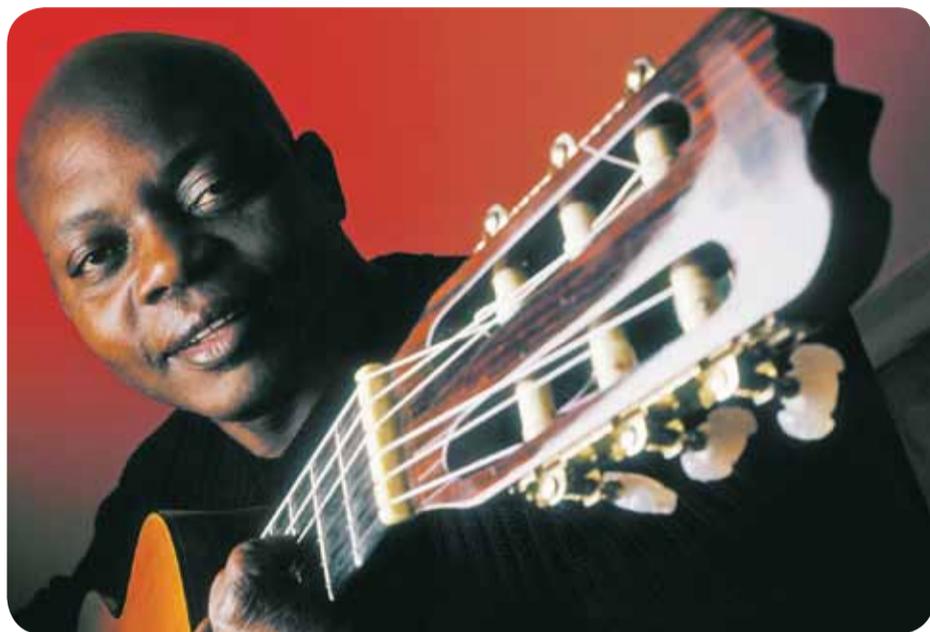
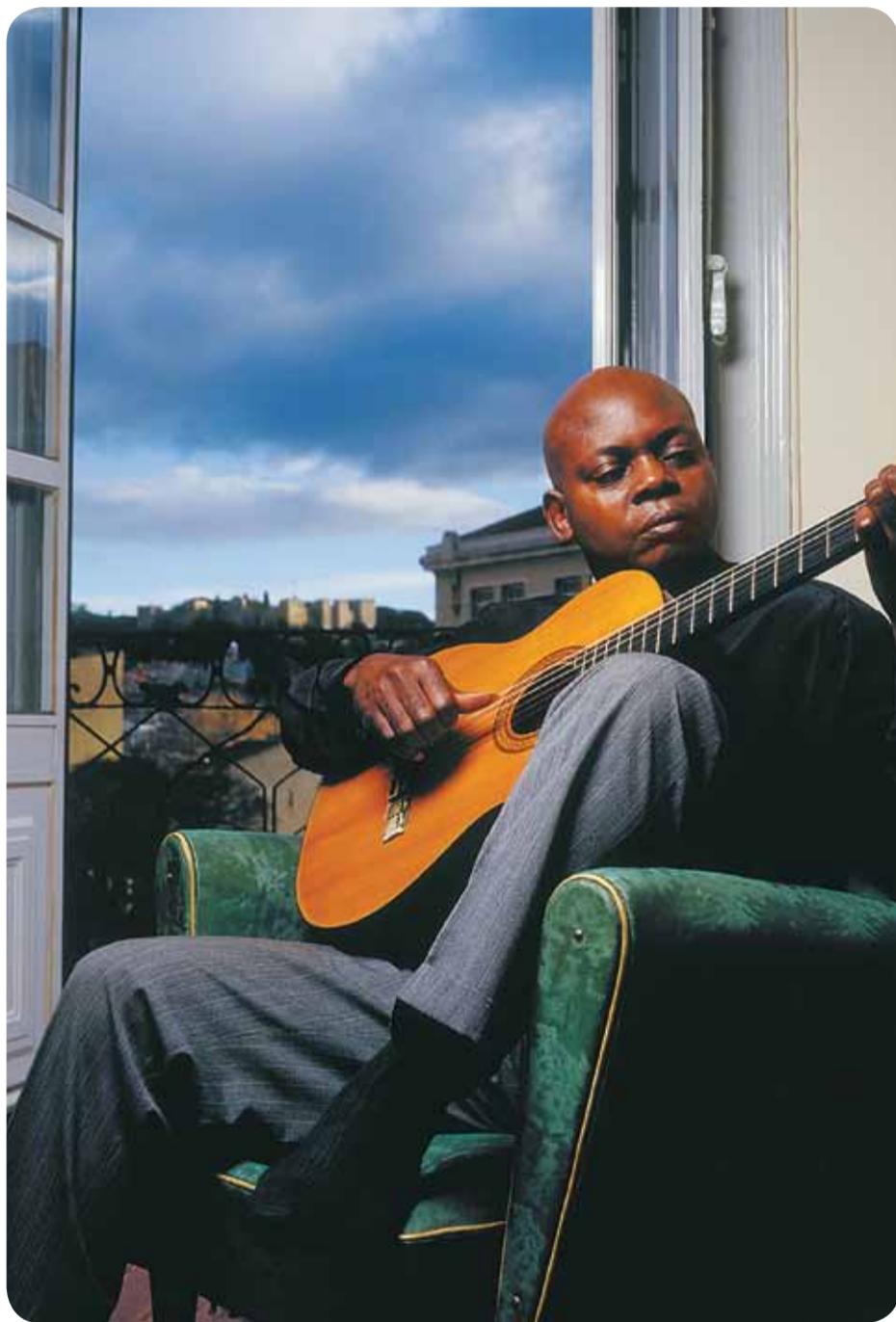


Gente Nossa

Filipe Mukenga: biografia e trajetória musical

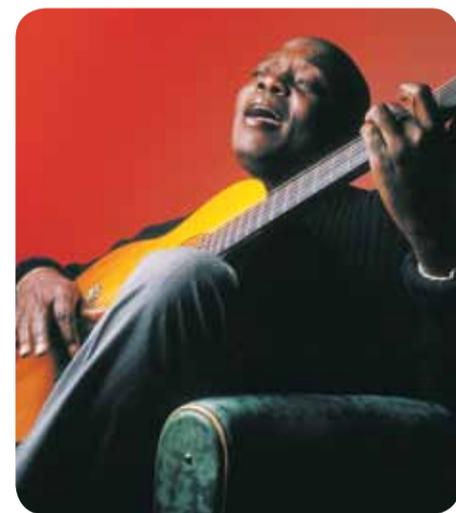
Fotos: Revista Xietu Angola

Francisco Filipe da Conceição Gumbe, ou melhor, Filipe Mukenga, nascido em 1949, canta e compõe há 50 ano, considerando-se precursor da “Nova Música de Angola” (NMA), para ele, “música aberta ao mundo e caracterizada por uma grande riqueza de conteúdo e harmonia”.



No Jazz ele vai buscar as dissonâncias, os acordes invertidos e pouco comuns na música africana. Com efeito, na arte de Mukenga, além da herança cultural do povo, cruzam-se as mais variadas influências, desde os coros protestantes (o Jazz, os Blues, a Soul Music), e músicas francesa e latino-americana. Com um repertório muito personalizado, traduzido em canções inspiradas nos ritmos de Angola e com teor internacional muito grande, Mukenga está tão perto do seu continente como da Europa e da América. Em 2003, Lisboa lançou o lançamento do “Mimbu lami”. Após 13 anos na diáspora, em 2004 Filipe Mukenga regressa à Angola com o intuito de a servir numa nova fase da sua vida. (...) Em 2008, o autor de “Humbiumbi” participa no projecto musical “Juntos pela paz, juntos pelo futuro, Angola solta a tua voz”; em 2010, compõe com Filipe Zau, a canção “Angola, país de futuro”, que viria a ser escolhida por um Júri nomeado pelo Comité Organizador do CAN – Campeo-

nato Africano das Nações, como a canção oficial do grande evento desportivo. Em 2010, ele é galardoado pelo “Angola 35 Graus”, com o Prémio Carreira, pelo seu contributo dado ao engrandecimento da música e cultura de Angola. ■



A Fechar

Discurso do Presidente do MPLA, na abertura da reunião do Comité Central (Luanda, 24 Abril de 2015)

«Precisaremos de uma nova Estratégia Política, Económica, Social, Cultural e de Segurança e Defesa Nacional, pois a actual é de Reconstrução Nacional e de Recuperação Económica». ■